

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
CPA – COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2013 – 2014

RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS

2015

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - UniRV

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitor

Prof. Dr. Sebastião Lázaro Pereira

Vice – reitora

Prof^ª Ma, Maria Flavina das Graças Costa

Pró-reitora de Graduação

Prof^ª Ma Helemi Oliveira Guimarães de Freitas

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Me. Nagib Yassin

Pró-reitor de Administração e Planejamento

Prof. Me. Carmo dos Reis de Souza

Pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

Prof. Me. Ferdinando Agostinho

Procurador Jurídico

Prof. Me. Limírio Martins Sobrinho

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	03
2 PERFIL DA INSTITUIÇÃO.....	04
3 INTRODUÇÃO.....	05
4 METODOLOGIA.....	07
5 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	09
5.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	12
6 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	14
6.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	18
7 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	20
7.1 Ensino.....	20
7.1.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	21
7.2 Pesquisa e Pós-Graduação.....	24
7.3 Extensão.....	26
7.4 Resultado da Pesquisa de Campo.....	28
7.5 Comunicação com a Sociedade.....	31
7.5.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	32
7.6 Atendimento aos Discentes.....	33
7.6.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	37
8 EIXO 4: POLÍTICA DE GESTÃO.....	38
8.1 Políticas de Pessoal.....	38
8.1.1 Quanto ao Corpo Docente.....	38
8.1.1.1 Qualificação.....	38
8.1.1.2 Experiência Profissional no Magistério Superior.....	39
8.1.1.3 Publicação de Artigos.....	39
8.1.1.4 Política de Capacitação e Formação Docente.....	39
8.1.2 Quanto aos Funcionários Administrativos.....	40
8.1.3 Forma de Ingresso.....	40
8.1.4 Grau de Envolvimento dos Professores e Funcionários.....	40
8.1.5 Grau de Satisfação.....	40
8.1.6 Resultado da Pesquisa de Campo.....	40
8.2 Organização e Gestão da Instituição.....	41
8.2.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	46

8.3 Sustentabilidade Financeira.....	47
9 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	50
9.1 Resultado da Pesquisa de Campo.....	54
9.1.1 Salas de Aula.....	54
9.1.2 Apoio Didático.....	54
9.1.3 Laboratórios.....	55
9.1.4 Bibliotecas.....	55
9.1.5 Acessibilidade.....	56
9.1.6 Administração do Campus.....	57
9.1.7 Informática.....	57
9.1.8 Infraestrutura para Atendimento em Diversos Setores.....	57
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade de Rio Verde apresenta à comunidade acadêmica, à sociedade e em especial ao Conselho Estadual de Educação, o relatório final do processo de autoavaliação realizado no biênio 2013/2014.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre a realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades, para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A Comissão Permanente de Avaliação – CPA tem, desde 2009, realizado o processo de autoavaliação conforme previsto na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Ao longo desses anos, tem produzido conhecimento, identificado problemas e deficiências, reconhecido suas potencialidades e norteado as ações da administração superior da Instituição na busca da melhoria das condições educacionais, na medida em que faz um diagnóstico da situação passa a subsidiar o planejamento e a gestão Institucional.

O processo de sensibilização da comunidade acadêmica tem incentivado o envolvimento de todos na construção da cultura avaliativa e a devolução de resultados, propicia a credibilidade desse processo.

Para a coleta de opinião, utilizaram-se questionários, que foram aplicados a docentes, discentes, técnicos administrativos e egressos. Foram utilizadas também a pesquisa documental e entrevistas.

Os resultados obtidos da realidade Institucional originaram este relatório e subsidiarão também, os relatórios específicos de cada curso, que serão enviados as respectivas faculdades e disponibilizados às comissões externas de reconhecimento e renovação dos cursos, assim como, nortearão a construção do PDI e PPI 2015-2019, concluindo este ciclo avaliativo e o processo de meta-avaliação.

Novas etapas serão planejadas e executadas.

Prof. Ma. Débora Ferguson
Presidente da CPA / Universidade de Rio Verde.

2 PERFIL DA INSTITUIÇÃO

Entidade Mantenedora: Fundação do Ensino Superior de Rio Verde

Nome: UniRV – Universidade de Rio Verde

Município: Rio Verde

Estado: Goiás

Credenciada pelo Decreto N° 5.971, de 02 de julho de 2004, do Governo do Estado de Goiás.

Endereço: Campus Universitário, Fazenda Fontes do Saber – Rio Verde, Estado de Goiás.

Site www.unirv.edu.br

Caracterização da IES: Instituição Pública Municipal

Ato de designação da CPA: Portaria n°. 094 – Reitoria, de 02 de fevereiro de 2009;

Portaria n°. 002 – CPA, de 15 de maio de 2009.

3 INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UniRV – Universidade de Rio Verde vem apresentar o relatório final de mais uma etapa do processo de autoavaliação da Instituição, referente ao período 2013/2014.

Com bases nas atribuições da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, a UniRV – Universidade de Rio Verde, constituiu a Comissão Permanente de Avaliação por meio da Portaria nº. 094, de 02 de fevereiro de 2009. Atualmente a CPA encontra-se com a seguinte composição:

- Presidente: Débora Ferguson – docente, representante dos docentes;
- Élcio de Carvalho – docente, representante dos diretores;
- Francielly Pires Cabral - representante dos técnicos administrativos;
- João Nascimento dos Santos - representante dos discentes;
- Guilherme Lopes da Silva - representante dos discentes;
- Helemi Oliveira Guimarães Freitas – docente, representante dos Pró-reitores;
- Hudson Almeida Meneses - representante dos técnicos administrativos;
- Juarez Demartini – representante da Sociedade Civil Organizada no setor produtivo;
- Lígia do Prado Mello Junqueira - docente, representante dos docentes;
- Marcelo Gomes Júdice – docente, representante dos docentes;
- Maria Flavina das Graças Costa – docente, representante dos Pró-reitores;
- Mauro Felício Mulati - docente, representante dos docentes;
- Mirlene Guimarães Castro Meireles – representante dos técnicos administrativos;
- Neuza Souza Muniz – representante da Sociedade Civil Organizada no setor educacional;
- Vanessa Renata Molinero de Paula - docente, representante dos docentes;
- Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça– docente, representante dos diretores.

A periodicidade das reuniões e os procedimentos da CPA estão descritos em regimento próprio, disponível no *site* da Universidade, na página da Avaliação Institucional www.unirv.edu.br/cpa.

Por determinação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), toda instituição de ensino superior deve promover uma avaliação institucional interna. Assim, a UniRV se debruça sobre si mesma mais uma vez para conhecer sua realidade a partir da percepção de toda a comunidade acadêmica – docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos – almejando perceber as áreas da Instituição que ainda não atendem as necessidades e aquelas que já se encontram em ponto de desenvolvimento satisfatório.

Em um processo de autoaprimoramento constante, esta comissão reformulou seus instrumentos de pesquisa desde o último momento avaliativo, no intuito de captar com maior precisão os dados necessários ao conhecimento de nossa realidade.

As informações do relatório serão apresentadas em cinco eixos: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura física. Em cada eixo, primeiramente são apresentados os dados da pesquisa qualitativa e em seguida, os da pesquisa de campo referentes às dimensões que compõem o respectivo eixo.

Espera-se que este relatório possa servir de instrumento norteador para os gestores da UniRV quando da elaboração de seu planejamento de ações. Quando a administração superior leva em consideração, entre outros instrumentos, o relatório de autoavaliação no processo decisório, solidifica-se o processo democrático institucional, uma vez que este documento traz em seu bojo os anseios da comunidade acadêmica.

4 METODOLOGIA

Para avaliar o período de 2013/2014, foram usados vários instrumentos para coleta de dados:

Formulários – elaborados para organizar as informações dos documentos oficiais da Instituição (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico Institucional - PPI) e outros;

Questionários – houve duas modalidades: 1. Orientação à coleta da opinião da comunidade, considerando as 10 dimensões do Sinaes. 2. Orientação à coleta de opinião dos alunos e professores, enfocando o processo ensino-aprendizagem. Os questionários são destinados a alunos, professores, servidores técnicos e administrativos e egressos;

Entrevistas – foram previamente elaboradas, com margem para se adequar à pessoa entrevistada e voltadas a pessoas-chave no organograma da IES;

Pareceres – Pareceres das Comissões de Renovação dos cursos da IES e parecer da Comissão de Recredenciamento da IES que promoveram uma avaliação externa à realidade acadêmica.

O questionário foi revisado e várias perguntas foram eliminadas ou modificadas, no intuito de torná-las mais claras ou adequadas a cada grupo da comunidade acadêmica. O mesmo foi disponibilizado no *site* da Instituição. Os discentes acessavam-no através de seu código acadêmico e os docentes e servidores receberam senhas, de modo que nenhum respondente pudesse ser identificado. Antes e durante essa fase, foi realizada uma sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de visitas de membros da CPA às salas de aula, para orientação e conscientização da importância do processo de avaliação, bem como conversas com diretores de curso e chefes de setores da UniRV. Folhetos foram distribuídos em todos os *campi* e lembretes no *site* eram vistos toda vez que se acessava a página da Instituição.

Relatórios semanais foram emitidos para que se pudesse acompanhar a porcentagem de respondentes por curso e, assim, quando um deles se mostrava longe da meta da amostra, membros da CPA ensejavam novos esforços de sensibilização e persuasão junto à comunidade acadêmica.

Dessa forma, foi possível atingir a meta de 33,3% de respondentes por curso (para docentes e discentes) e de servidores.

Na elaboração do relatório, optou-se por não se incluir gráficos e porcentagens com o objetivo de reduzir a extensão do documento, mas ressalta-se que os relatórios com os dados estatísticos da pesquisa de campo estão à disposição para consulta, se assim se julgar necessário. Utilizaram-se, então, na análise dos dados, os conceitos fragilidade, ponto a ser melhorado e potencialidade. Esses conceitos são obtidos a partir da análise dos dados por meio de tabelas de frequência, em que as respostas foram organizadas em classes e a cada classe atribuiu-se uma nota.

ITENS	CONCEITO
1	ruim
2	regular
3	bom
4	ótimo
5	não sei responder

Itens atribuídos para cada tipo de resposta dos questionários (alunos, professores, servidores).

Para se definir uma potencialidade, os conceitos foram atribuídos levando em consideração o somatório dos percentuais das respostas “bom” e “ótimo”. Ao analisar os dados para se verificar as potencialidades e fragilidades, utilizou-se o seguinte elemento:

- para índice abaixo de 50% – fragilidade,
- entre 50,0% até 59,9% – itens a serem melhorados e de
- 60,0% acima – foram considerados como potencialidade.

Os resultados serão repassados a cada setor para o conhecimento e as providências necessárias.

5 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo aborda a dimensão 8 – planejamento e avaliação, como definido pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

A Comissão Permanente de Avaliação, analisando o planejamento das atividades da instituição, buscou na pesquisa documental estudar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e perceber neste documento como se estrutura o planejamento da IES. Segundo o PDI:

Este período de consolidação é apresentado pela estruturação de seus colegiados superiores e do modelo de gestão dos cursos de graduação no novo modelo institucional. Por outro lado, deve-se destacar a afirmação da avaliação institucional, com a organização da Comissão Permanente e a definição da metodologia e instrumentos de avaliação. Esta trajetória não produziu, ainda, uma cultura de avaliação, mas representa os passos iniciais da afirmação da instituição comprometida com a reflexão de seus caminhos (p.11).

Ainda analisando o documento oficial da IES, este salienta que a Universidade de Rio Verde busca:

Consolidar o programa de Avaliação Institucional, com o fortalecimento da Comissão Permanente, em especial com a formação de seus membros, com cursos sobre o tema e realização de seminários anuais de avaliação como espaço de reflexão e debate de resultados e das metodologias, entendendo a avaliação como processo que indica aspectos institucionais que serão corrigidos apenas com o envolvimento dos membros da comunidade universitária (p.17).

Uma preocupação que o documento maior da IES apresenta é “promover avaliação geral e contínua dos projetos pedagógicos dos cursos com ampla participação da comunidade interna e externa”. Busca-se consolidar o processo de avaliação interna e externa dos cursos de graduação, a fim de contribuir para a elevação de sua qualidade, bem como subsidiar as alterações dos projetos pedagógicos de cursos (p.22).

Em um segundo momento, a CPA lançou mão de entrevista com os membros da IES para coletar mais dados sobre o planejamento e avaliação da Universidade.

Para a elaboração do planejamento, é feito um orçamento anual que é aprovado pela câmara de vereadores e nele constam todos os investimentos, gastos com pessoal, material de consumo e expediente e fazem-se previsões de contratação de pessoal, conservação, reforma e construção da infraestrutura.

O planejamento incorpora ações para melhoria contínua, levando em consideração os resultados da autoavaliação. Ressalta-se que, na administração pública, só se pode executar o que está dentro do orçamento que foi planejado. Os resultados apontados na avaliação direcionam o planejamento subsequente.

Para a realização dessas ações, elegem-se prioridades a curto e médio prazo, de acordo com o planejamento das ações previstas pela instituição no orçamento, abrem-se as licitações e posteriormente realiza-se o que foi planejado.

Em relação à existência da avaliação institucional antes da implantação do Sinaes, destaca-se que ela já era formalizada na IES de 1995 até 1999, de acordo com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). Houve um interstício entre 2000 e 2008, recomeçando a partir de 2009 sob as diretrizes da Lei 10.861, do Sinaes. A primeira avaliação teve início em 2009 e em 2013/2014 aconteceu o terceiro momento avaliativo.

Os resultados alcançados até 1999 não foram significativos. A avaliação neste período representou apenas um momento de conscientização da necessidade de se avaliar e o levantamento das dificuldades da IES em sua organização financeira, administrativa ou pedagógica. A coleta de dados foi feita, mas a tabulação era complexa e confusa. Poucas universidades sabiam como analisar os dados e utilizá-los como instrumento de mudanças.

Em 2009, com cinco anos de atraso, reiniciou-se a avaliação institucional. As principais mudanças geradas a partir da autoavaliação ocorreram na área de infraestrutura (reforma dos laboratórios existentes e criação de novos) e comunicação; houve a criação de novos colegiados, como câmara de graduação, pós – graduação, pesquisa e extensão e elaboração do PDI, Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de forma mais organizada.

Além disso, foram criados os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de cada faculdade e o Núcleo de Inovação Pedagógica (NIP), foram realizadas reformulações nos projetos pedagógicos dos cursos (PPC). Também se promoveu o aumento da segurança no *campus*, iluminação dos estacionamentos, compra de aparelhos de climatização para salas e melhoria na comunicação com a comunidade interna e externa por meio do *site* da Universidade.

A partir da segunda avaliação no período de 2011 – 2013, criaram-se a ouvidoria, o portal do egresso e dois centros de convivência, reformaram-se e climatizaram-se salas do *campus* do Centro de Negócios, ampliou-se o acervo bibliográfico e a assistência aos estudantes por meio da criação de bolsas sociais e ampliação de bolsas de monitoria. Além disso, houve substituição de máquinas na área de informática, início do uso de novas tecnologias (EAD) e avaliação dos instrumentos de autoavaliação.

Os objetivos do processo de autoavaliação foram formulados pela comissão e a metodologia foi objeto de discussão entre os membros da CPA, TI, professores do curso de Ciência da Computação, além de dois professores de Estatística. Foram mudadas principalmente as questões sobre pesquisa e extensão e excluídas as questões de autoavaliação discente. A redação de muitas questões foi alterada para se tornarem mais acessíveis ao aluno.

É importante ressaltar que sempre estiveram presentes as condições necessárias para uma avaliação efetiva. Nunca houve interferência da reitoria e sempre foram criadas as condições para divulgação e aplicação dos formulários de coleta de dados e espaço e tempo para se entrevistar as pessoas responsáveis pelos diversos setores da IES.

Destaca-se que a CPA tem alcançado na maioria dos cursos os índices adequados para validar as amostras (33,33%) e toda a comunidade tem participado do processo de devolução dos resultados, assim como apresentado sugestões de melhoria. Porém, no terceiro momento avaliativo (2013/2014), a CPA sentiu necessidade de ampliar seu campo de avaliação para ter uma visão mais global da IES. Deste modo, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevistas com pessoas – chave de certos setores e análise dos documentos da Instituição.

Desde o primeiro momento, o processo de autoavaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a Instituição. Percebeu-se em cada etapa a necessidade de melhorar a qualidade de diversas dimensões. Percebe-se que a graduação é a que mais se encontra estruturada, sendo o corpo docente e o corpo diretivo os aspectos mais bem avaliados.

Ainda se busca a melhor forma de apresentar o relatório de avaliação para a comunidade, devido à extensão do mesmo. A cada etapa, aprimora-se este instrumento. Há discussão dos resultados com a comunidade na etapa devolutiva que sinaliza o fechamento da avaliação.

Observa-se, assim, que a autoavaliação tem constituído importante ferramenta para o planejamento de ações na IES, apesar de não ser a única.

5.1 Resultado da pesquisa de campo

Ao se comparar os resultados da etapa avaliativa de 2011/2012 com a de 2013/2014, percebeu-se que todos os itens para avaliação deste quesito foram alterados, pois se identificou que os mesmos já haviam sido abordados em outras dimensões.

Na avaliação 2011/12, tanto para discentes quanto para docentes, foram abordados temas envolvendo atribuição de aulas, elaboração de horários, distribuição de salas de aula e laboratórios, renovação de matrículas, aprovação de novos projetos de pesquisa, acompanhamento de projetos de pesquisa em andamento, expansão e atualização de laboratórios visando à atividade de pesquisa, aprovação de novos projetos de extensão, acompanhamento de projetos de extensão em andamento, incentivo e divulgação de projetos de extensão em andamento.

Especificamente para os discentes, foi questionado a respeito da receita gerada na UniRV ter sido revertida em benefício da própria Instituição e se houve aplicação de recursos financeiros na qualificação de seus funcionários administrativos.

O item divulgação do plano de ensino (professor para aluno) foi aplicado somente aos docentes.

É importante ressaltar que nenhum item dessa dimensão foi aplicado aos servidores técnicos e administrativos.

Na etapa avaliativa 2013/14, os itens foram aplicados aos discentes, docentes e servidores e contemplaram: o processo de conscientização de docentes, discentes e servidores para a autoavaliação institucional; a metodologia de coleta de dados para a avaliação; a metodologia de divulgação (interna e externa) e discussão dos resultados; a utilização do resultado da avaliação institucional para o planejamento das políticas institucionais.

Para os docentes e servidores técnicos e administrativos, todos os itens foram avaliados como **potencialidades**. Já os discentes consideraram **potencialidade** o processo de conscientização de docentes, discentes e servidores para a autoavaliação institucional e a metodologia de coleta de dados para a avaliação e como **itens a serem melhorados** a metodologia de divulgação (interna e externa), discussão dos resultados e a utilização do resultado da avaliação institucional para o planejamento das políticas institucionais.

A Comissão sugere que materiais de divulgação sejam elaborados, associados à continuidade do trabalho presencial para apresentação e discussão dos resultados da Avaliação

Institucional. Além disso, sugere também que, à medida que os gestores utilizem esses resultados para o planejamento das políticas institucionais, isto venha a ser divulgado entre os discentes.

Por fim, esta comissão considera pertinente a manutenção dos itens avaliados na etapa avaliativa 2013/14 por estes estarem adequados ao proposto pelo Sinaes.

6 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O eixo 2 compreende a dimensão 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e a dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição).

Em relação à avaliação da dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, o PDI da Universidade explicita de forma clara e objetiva a missão da qual está imbuída, tendo em sua definição o objetivo da sua existência e a finalidade à qual se destina. Compromissos e responsabilidades estão também assegurados no documento.

Para alcançar seus objetivos, a UniRV estabeleceu suas políticas e ações, que foram avaliadas pelos membros da CPA por meio de 35 (trinta e cinco) questões respondidas pelos diretores e membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

O PDI e o PPI em vigor foram elaborados por uma comissão. As primeiras ações de socialização e divulgação destes documentos ocorreram por meio da CPA, que de um modo geral fez circular entre diretores e estes, entre os membros de NDE, os documentos vigentes.

Ao avaliar o grau de apropriação das informações destes documentos pela comunidade acadêmica, concluímos que o mesmo é muito baixo e que somente será efetivo numa construção coletiva com a participação de representação de todas as categorias.

Existem, por parte dos dirigentes, ações de acompanhamento e averiguação das metas do PDI, e um movimento para a construção até 2015 destes dois documentos de forma coletiva, levando-se em conta os resultados da Avaliação Institucional. Embora a Universidade tenha completado 10 anos em 2014, o amadurecimento do fazer universitário agora é que começa a acontecer.

Em relação às políticas de ensino, há maior articulação do PDI e PPI com os PPCs dos cursos. Há uma preocupação para que os documentos dialoguem entre si. As políticas de extensão e pesquisa foram acrescidas recentemente e se encontram estabelecidas de forma incipiente, embora o fazer viesse acontecendo na prática de forma tímida. Uma das faculdades da Instituição que se destaca na produção do conhecimento científico é a de Agronomia, as demais carecem de um corpo

docente que ainda se encontra em processo de capacitação. A maioria das faculdades desenvolve ações de extensão, destacando-se as áreas de saúde e sociais aplicadas.

Quanto à indissociabilidade entre teoria e prática, percebe-se que isso se dá, principalmente, através de atividades complementares, estágios, aulas práticas, visitas técnicas, eventos e projetos de extensão.

Nota-se que a formação acadêmica em relação a cidadania, ética, cultura, aceitação das diferenças individuais, sociais, intelectuais, étnico-raciais e aquisição das competências técnicas, científicas e artísticas é oferecida por diferentes disciplinas na matriz curricular e complementada pelos projetos de extensão, atividades complementares, estágios e atividades de pesquisa. Enfatiza-se, segundo informações dos diretores, a pouca disponibilidade de projetos de extensão que priorizem as questões culturais.

De um modo geral, parece haver coerência entre as políticas e práticas no cotidiano dos cursos. Entretanto, as políticas acadêmicas e administrativas no PDI e PPI devem ser revistas.

A dimensão 3 da avaliação institucional aborda a questão da responsabilidade social da instituição, isto é, sua contribuição à sociedade em relação à inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. A seguir, são relatados os dados referentes a esses tópicos:

a) Relações com diversos setores sociais:

Através de convênios, parcerias e estágios, a UniRV mantém estreita relação com os setores público e produtivo, bem como instituições sociais, educativas e culturais por intermédio dos diversos cursos oferecidos à população. Essa aproximação com a sociedade propicia incremento à formação dos acadêmicos da Universidade, ao mesmo tempo em que, através de vários projetos, professores e alunos retribuem com prestação de serviços importantes a determinados grupos sociais. No segundo semestre de 2014, a UniRV tinha acordo de cooperação ou convênio de estágio com aproximadamente 1.200 organizações de diversas partes do país.

b) Inclusão social:

No sentido de promover a igualdade social, a IES oferece bolsas dando condições ao público menos favorecido de fazer um curso universitário. Todas as informações sobre a concessão dessas

bolsas e os valores envolvidos estão detalhados na dimensão 9 do relatório. É importante ressaltar que 45% dos acadêmicos da Universidade são beneficiados com algum tipo de Bolsa Universitária ou descontos e todos os portadores de necessidades especiais recebem a Bolsa Social.

A IES realiza, ainda, o Projeto Aurora, que trabalha a questão da inclusão digital, atendendo os alunos das escolas de Educação Básica.

O Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) desenvolve o Projeto da Trilha para Deficientes Visuais e Auditivos que está elaborando um Guia Botânico e Faunístico em braile, além do Projeto “Jardim dos Sentidos”, cujo objetivo é aproximar tal público da natureza.

Não há programas institucionais em nível técnico, científico ou de extensão no sentido de inclusão social da comunidade. O que se constata são ações ou projetos isolados desenvolvidos pelas faculdades, podendo-se destacar os atendimentos realizados à comunidade, tais como o Núcleo de Práticas Jurídicas e as Clínicas Escola de Fisioterapia, Psicologia e Nutrição, com um volume médio anual de 1.360 processos, de 22.000 atendimentos/procedimentos terapêuticos, 8.629 atendimentos e 1.300 beneficiados, respectivamente.

A Instituição, em acatamento ao Decreto nº. 5.626/2005, oferece em todos os cursos a disciplina de Libras, o que favorece os portadores de deficiência auditiva. Permite, ainda, o acompanhamento familiar ou profissional para os portadores de deficiência, sejam quais deficiências forem.

Oferece-se transporte aos discentes portadores de qualquer tipo de deficiência, quando a Associação de Deficientes Físicos (Adefirv) não oferece meios para transportá-los.

Não houve, até o momento, editais para concurso público que oferecessem reserva de vagas para portadores de deficiência. Também não são oferecidas cotas/vagas aos portadores de necessidades especiais no processo seletivo, sendo um dos próximos passos da Instituição.

Em relação à pesquisa, não há neste momento programas ou projetos de pesquisa no sentido da inclusão social e do desenvolvimento econômico e social.

c) Cultura:

No âmbito cultural, a IES promove algumas atividades, a saber:

- Festa do Pequi: desde 2012 com o intuito de difundir a cultura do cerrado goiano à comunidade acadêmica e público em geral;

- na comemoração dos 10 anos de Universidade, realizou-se entrega de títulos às personalidades que se destacaram no desenvolvimento da comunidade rio-verdense e da região por meio da contribuição à IES desde sua implantação inicial. Também nesse momento foi realizado um concurso de fotografias promovendo o interesse artístico da comunidade acadêmica;
- a Instituição mantém o "Coral Universitário", com vinte e cinco (25) acadêmicos bolsistas. O Coral ensaia cinco (5) dias por semana, sendo oferecida adicionalmente aula de teoria musical aos sábados e atende organizações públicas e privadas em eventos culturais, assistenciais e sociais na região de abrangência da Universidade;
- o *campus* de Caiapônia mantém a "Orquestra de Camerata" com treze (13) acadêmicos bolsistas. A Orquestra ensaia três vezes por semana e atende os eventos culturais da Universidade e da região.

d) Defesa do meio ambiente:

Em relação à defesa do meio ambiente, a IES conta com o Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa), voltado para pesquisa e educação ambiental em parceria com a Comigo – Cooperativa Mista do Sudoeste Goiano, com a Associação de Criadores de Animais Silvestres e Peixes e com a UFG - Unidade de Jataí.

e) Contribuição ao desenvolvimento tecnológico:

A contribuição ao desenvolvimento tecnológico da IES para a comunidade se apresenta por meio das seguintes ações:

- Projeto Minibaja, da Faculdade de Engenharia Mecânica, que prevê a construção de protótipos de veículos. Por meio de projetos e testes mecânicos, se desenvolvem novos componentes e tecnologias embarcadas gerando conhecimento técnico inovador com mecanismos de redução de emissão de poluentes e materiais alternativos na área veicular;
- campos de testes em parceria com indústrias agroquímicas e sementeiras, contribuindo com a agropecuária regional;
- a Faculdade de Agronomia mantém parceria com o INMet com instalação e manutenção de uma Estação Meteorológica, bem como com Furnas, de uma torre de medição de raios.

Ainda a IES é parceira da Comigo na área experimental do Centro Tecnológico da Cooperativa. Os resultados desse trabalho são expostos anualmente durante a TecnoShow Comigo, contribuindo assim com o desenvolvimento tecnológico da agropecuária da região;

- a IES, atendendo as diretrizes do PDI, vem implementando mestrados e doutorados interinstitucionais e em 2015 solicitará à Capes dois mestrados profissionais na área de Educação e Direitos Humanos, com o objetivo de capacitar professores efetivos ou contratados e oportunizar educação continuada aos acadêmicos e egressos;
- a Universidade aderiu em 2012 aos Programas Life e Pibid que favorecem a capacitação de professores para a Educação Básica e, em 2014, recebeu aprovação do Projeto Prodocência, que fomenta a inovação e elevação da qualidade dos cursos de licenciatura da Educação Básica, na perspectiva e valorização da carreira docente.

d) Apoio ao desenvolvimento do setor produtivo, empresarial e inovação:

A Instituição mantém uma Incubadora de Empresas enquadrada em um Programa de Extensão denominado Centro de Empreendedores de Rio Verde (Cerve) com a finalidade de incentivar e acompanhar empreendedores iniciantes, dando respaldo no que se refere a planos de negócio, gestão organizacional, identificação de oportunidades de crédito e fomento público. O Cerve atende organizações individuais, bem como representantes de classe produtiva e integrantes tais como os Polos Moveleiro e Confeccionista de Rio Verde.

6.1 Resultados da Pesquisa de Campo

Em relação à responsabilidade social da Universidade, os corpos discente e docente apresentaram resultados distintos.

No que concerne à contribuição da Instituição para o desenvolvimento econômico e social da região, os acadêmicos entendem que este é um **ponto a ser melhorado**, um retrocesso em relação ao período de avaliação anterior, quando essa parte da comunidade acadêmica avaliou essa contribuição como uma **potencialidade**.

Os demais aspectos avaliados nesta dimensão, como inclusão social, programas de extensão que beneficiam a sociedade, ações de preservação do meio ambiente, promoção da memória

cultural e artística e relações entre as faculdades e as organizações, também são entendidos pelos acadêmicos como **pontos a serem melhorados**.

Os docentes, contudo, têm uma visão mais positiva sobre a atuação social da UniRV, pois veem como **potencialidade** o impacto da Instituição sobre o desenvolvimento econômico e social da região. Esse mesmo resultado apareceu na avaliação do período anterior.

Com exceção do item relativo à valorização e promoção da memória cultural e produção artística, que aparece como **ponto a ser melhorado**, os demais aspectos são avaliados pelos docentes como **potencialidade**, o que diverge da opinião do corpo discente.

Percebe-se maior envolvimento ou conhecimento das ações institucionais por parte dos professores do que de acadêmicos. É possível que uma parcela significativa da comunidade discente desconheça projetos relativos à responsabilidade social da Instituição de outros cursos que não seja o seu.

A Comissão sugere que sejam realizadas ações para dar visibilidade maior aos projetos desenvolvidos, como reportagens de divulgação no *site* da Instituição e também em mídias variadas de maior circulação local.

7 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Este eixo está voltado para a avaliação das dimensões 2 (Políticas para o ensino, pesquisa e extensão), dimensão 4 (Comunicação com a sociedade) e dimensão 9 (Política de atendimento aos discentes)

Procede-se ao relato da análise da dimensão 2, que abrange ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão da instituição.

7.1 Ensino

Foi realizada uma avaliação qualitativa de alguns cursos da Instituição, por amostragem, através da análise de seus documentos pedagógicos. A amostra analisada compunha-se dos seguintes cursos: Pedagogia, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Agronomia, Direito, Engenharia Mecânica, Ciências Contábeis, Design de Interiores e Design Gráfico.

Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos:

- avaliação das matrizes curriculares em relação às determinações prescritas nas Diretrizes Curriculares dos cursos;
- avaliação dos PPCs dos cursos, considerando as orientações para sua construção em consonância com as Diretrizes Curriculares;
- avaliação de 03 (três) programas de disciplina de 22 cursos.

Observou-se que as matrizes curriculares de alguns cursos, de modo geral, não atendem plenamente às orientações das Diretrizes Curriculares para os mesmos.

Constatou-se que os cursos na UniRV, em geral, estão organizados privilegiando a formação técnica, disciplinar, com metodologia não ativa. A avaliação em alguns casos, é somativa e classificatória. Algumas Diretrizes Curriculares estabelecem que os egressos devem ter “formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas”, por meio de

uma metodologia que privilegie a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo. Assim, observa-se um distanciamento em alguns cursos, entre o que é proposto nas Diretrizes e o que consta nos PPCs dos cursos analisados.

Ressalta-se que os cursos que foram recém-avaliados pelas comissões externas de avaliação apresentam-se com propostas mais condizentes com as orientações apresentadas pelos órgãos superiores, o que demonstra uma grande contribuição.

Nos programas, de modo geral, foram observados os seguintes aspectos:

- existe um modelo de programa de disciplinas padronizado, que nem sempre é acatado;
- os objetivos, nem sempre são elaborados de forma completa;
- na maioria dos programas, para os conteúdos, são listados apenas tópicos (que seriam títulos de unidades), impossibilitando a apresentação da abordagem sobre o assunto;
- no quesito avaliação, em alguns cursos, não há indicação de avaliação contínua e cumulativa; apenas a indicação de aplicação de provas ou trabalhos para composição da nota.

Existe a informação por parte da Pró-reitoria de graduação que estes problemas já foram sanados

7.1.1 Resultado da pesquisa de campo

Ao se comparar os resultados da etapa avaliativa de 2011/2012 à de 2013/2014, percebe-se que alguns itens foram alterados e outros se mantiveram com algumas mudanças na redação.

Transcreve-se, neste texto, o resultado da etapa 2013/2014 e, quando possível, compara-se ao resultado anterior.

Inicia-se avaliando as relações interpessoais sob a percepção dos discentes, com colegas, professores, diretores e funcionários administrativos e a análise quantitativa feita demonstra um relacionamento entre bom e ótimo, sendo avaliado como **potencialidade**, o que também pode ser visto na questão relativa à convivência na Universidade.

A acessibilidade às instâncias superiores, tais como: reitoria, pró-reitorias, vice-reitoria é vista como **ruim ou regular**, o que nas duas etapas anteriores, 2009/2010 e 2011/2012, já havia também sido apontado como **fragilidade**. Neste item, questiona-se a redação da questão porque não fica claro se estas instâncias são procuradas e não são acessíveis ou se não são procuradas por se

considerá-las inacessíveis. A Comissão sugere explicitar melhor esta questão nos próximos formulários.

O tempo, o conhecimento, o acompanhamento e a participação do diretor nos cursos têm sido uma unanimidade nas três etapas avaliativas, e são avaliadas como **potencialidades**.

A divulgação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para os acadêmicos dos cursos passou de ponto a ser melhorado para **potencialidade**, o que demonstra uma sensível melhora na socialização do PPC.

Outro item que também passou de uma categoria para outra foi a capacidade do diretor para solucionar problemas relativos ao curso, que era percebido como fragilidade e nesta etapa é avaliado como **ponto a ser melhorado**.

Um item que precisa receber atenção das instâncias pedagógicas da Universidade, pois reiteradamente tem sido avaliado como **fragilidade**, é a necessidade que o acadêmico sente de ter um suporte para as dificuldades de aprendizagem.

A participação nos projetos de extensão por parte dos discentes não evoluiu, mantendo-se como **ponto a ser melhorado**. Sugere-se que as políticas de extensão devem contemplar atividades que possam ser desenvolvidas no período (turno) das aulas e nos finais de semana, como incentivo aos alunos que trabalham e não podem participar durante o período diurno, principalmente para os discentes de cursos noturnos.

As avaliações referentes ao ensino propriamente dito, como a metodologia utilizada pelos professores, o tempo para realização das atividades acadêmicas, a satisfação das atividades acadêmicas, a satisfação com o curso, as informações sobre o plano de ensino, critérios de avaliação, cronograma e bibliografia, adequação de carga horária ao curso e estímulo dos professores ao estudo extraclasse, alcançaram pontuação máxima na avaliação dos discentes, sendo considerados **potencialidades**. Fazendo uma retrospectiva destes itens às etapas avaliativas anteriores, nota-se uma manutenção desta avaliação positiva.

Agrupando os itens que devem ser **melhorados**, as inovações na área específica do curso, a falta de textos clássicos que contribuem para uma base das teorias específicas, a atualização da bibliografia e a relação entre número de alunos e qualidade de aprendizagem, são questões essenciais apontadas para modificar os resultados no ensino/aprendizagem. A Comissão recomenda especial atenção a estes itens e sugere que o NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico os inclua na sua agenda.

Desponta como **fragilidade** o uso limitado de tecnologia (computador, internet, meios multimídias) nas atividades acadêmicas. O avanço da tecnologia, conforme a percepção dos discentes, deve adentrar os espaços escolares, como recurso facilitador do aprendizado. A Comissão sugere a busca de palestrantes que desenvolvam pesquisas nesta área e possam contribuir com os docentes na dinamização e utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. A utilização de *tablets* e *notebooks* pelos discentes é uma realidade a ser pensada e explorada.

Concluída a avaliação discente, passa-se ao diagnóstico do docente em relação ao ensino.

A periodicidade das revisões nas matrizes curriculares do curso, a avaliação do Núcleo de professores promotores das alterações necessárias nas matrizes, a eficácia deste núcleo e a adequação das matrizes ao perfil do egresso são avaliados como bom ou ótimo, ou seja, uma **potencialidade**.

Os professores denotam satisfação quanto a todos os aspectos das relações interpessoais na instituição, assim como com o espaço físico que ocupam e com sua valorização, incluindo estes itens como **potencialidade**. Aparece, porém, na avaliação, itens considerados **fragilidades**, como insatisfação salarial em comparação com outras instituições públicas. A Comissão sugere uma pesquisa salarial, para averiguar se a insatisfação procede, no sentido da defasagem salarial.

Finalizando a avaliação docente, apresenta-se o resultado do item “Dedicação do Diretor ao curso”. Todos os itens relativos a este questionário, como dedicação, tempo disponível, conhecimento e acompanhamento do programa das disciplinas, divulgação do PPC aos professores, resolução de problemas, comprometimento e cordialidade com os colegas foram muito bem avaliados, classificando-se dentro da escala como ótimo ou **potencialidade**.

Ressalva-se, entretanto, o item sobre o oferecimento de reforço para os alunos com dificuldade de aprendizagem, que também foi avaliado como uma **potencialidade**, mas com índices mais baixos. Como este item foi avaliado como **fragilidade** pelos alunos, a Comissão chama atenção para este diagnóstico.

Concluindo, podemos afirmar que o item ensino vem apresentando melhorias significativas de 2009 para 2015, podendo ser averiguadas pela Avaliação Institucional e também pelos conceitos do ENADE.

7.2 Pesquisa e Pós-Graduação

A avaliação dessas áreas da universidade foi realizada através de entrevista com o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, com o Diretor do Programa de Mestrado em Produção Vegetal, e também com o Coordenador da Divisão de Pesquisa. Também foram analisados o PDI e o PPI;

Em relação à pesquisa, pode-se observar que:

- trinta publicações em periódicos científicos (artigos) são produzidas anualmente pelo Mestrado em Produção Vegetal, além outras publicações que ocorrem vinculadas às outras formas de pesquisa.
- publicações técnicas e artísticas não foram informadas;
- a produção de dissertações do Mestrado de Produção Vegetal gira em torno de 4 a 6 publicações por ano;
- destaca-se entre os eventos científicos o Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Rio Verde (Cicurv), que atualmente é o meio mais eficiente de divulgação e intercâmbio entre os pesquisadores da Instituição e das demais IES;
- há alguns intercâmbios e acordos de cooperação com instituições nacionais e internacionais, como o DINTER/UEM, Pibic/CNPq, Pibid/Capes, Proinfra/Finep, Pro-equipamentos/Capes;
- em abril de 2014, havia 8 grupos de pesquisa consolidados e cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq;
- percebe-se que os núcleos de pesquisa e inovação tecnológica necessitam de estruturação em conformidade com os objetivos gerais da pesquisa institucional.

Nota-se que poderia haver maior contribuição das pesquisas da Universidade para o desenvolvimento local e regional, primordialmente através do programa de mestrado em Produção Vegetal, uma vez que estamos situados em uma região rica no que tange à agricultura.

Hoje, na Instituição, as políticas para formação de pesquisadores, inclusive da iniciação científica, relacionam-se ao Pibic. A UniRV incentiva os novos pesquisadores institucionais. Porém não há uma política definida nos documentos institucionais de capacitação de pesquisadores, com programação dos docentes com perfil para realizar sua qualificação em mestrado, doutorado, pós-doutorado, conforme a necessidade de cada área de conhecimento da Instituição. Falta ainda uma política interna de fomento à pesquisa aos professores que possuem perfil para ingressar na área científica. Observa-se ainda que não existe a articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

O registro da produção e desenvolvimento das atividades de pesquisa é feito na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sendo que os pesquisadores informam o andamento dos trabalhos por meio de relatórios parciais e finais.

Não há na IES um órgão responsável pela relação interinstitucional e internacional da IES no âmbito da pesquisa e sugere-se a sua criação.

Os entrevistados relataram que há previsão contratação de um consultor que esboçara uma política para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Aponta-se uma queda no conceito do Mestrado em Produção Vegetal, todavia as deficiências já estão sendo corrigidas, conforme relatam os entrevistados.

Há pouca integração entre graduação e pós-graduação, sendo mais visível na área de Ciências Agrárias.

Os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* são:

- um Mestrado em Produção Vegetal;
- um DINTER na área de Medicina Veterinária, em parceria com a UNESP de Jaboticabal;
- um DINTER em Produção Vegetal, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá;
- duas turmas de especialização em Segurança do Trabalho;
- uma turma de especialização em Gestão em Recursos Humanos;
- uma turma de especialização em Fisiologia do Exercício.

As verbas para a realização de pesquisa na Instituição estão vinculados aos órgãos de fomento.

Em relação à atuação profissional dos egressos, há pouca parceria dos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* da IES.

Nos documentos oficiais da IES, o planejamento da pós-graduação e pesquisa está fundamentado na necessidade de desenvolver ações estratégicas de apoio à pesquisa para os cursos de graduação, aos programas de pós-graduação *stricto sensu e lato sensu*, criação de novos programas de pós-graduação, criação de grupos de pesquisa e melhoria da qualidade de ensino. Entretanto, estas estratégias tem sido pouco desenvolvidas e observa baixa produção científica do corpo docente da IES.

7.3 Extensão

Segundo análise de documentos e entrevista realizada junto a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Acadêmicos, não existe no PDI a descrição da concepção de extensão para a Universidade e nem a sistemática das intervenções sociais. No entanto, a portaria 002/2011, emitida pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Acadêmicos, apresenta a concepção de extensão, a saber:

“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. As ações são desenvolvidas sob a forma de programas, projetos e atividades em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária.”

As políticas de extensão apresentadas no PDI da UniRV não descrevem como deve funcionar a inter-relação entre as atividades de extensão com o ensino e a pesquisa. Apenas menciona-se que as metas da IES no tocante à extensão são:

I. “Desenvolver ações estratégicas de apoio aos programas e projetos, bem como possibilitar o acesso dos mesmos a financiamentos externos de fomento a Extensão Universitária;

II. Desenvolver uma política de assistência estudantil com ênfase no reconhecimento dos sujeitos do processo educativo, de promoção da equidade e de inserção no mundo do trabalho, voltada para assegurar a permanência de todos na vida universitária com a definição de bolsas de permanência vinculadas às ações de extensão e de pesquisa da universidade.”

No primeiro semestre de 2014, porém, foi inserido no PDI o Plano de Desenvolvimento para a Extensão Universitária e Assuntos Estudantis que visa desenvolver ações estratégicas de apoio aos programas e projetos de extensão e possibilitar financiamentos externos de fomento a Extensão Universitária.

No âmbito dos assuntos estudantis, a ampliação do programa de bolsas e descontos da universidade e das parcerias com órgãos públicos e privados é foco central, bem como a ampliação das diversas formas de convívio social, cultural e desportivo entre o corpo discente.

A extensão na UniRV tem como objetivo aumentar a participação dos docentes em editais externos de financiamento da Extensão Universitária.

No tocante aos objetivos, estabeleceram-se no PDI 4 objetivos estratégicos e ações norteadoras para os mesmos, a saber:

Objetivo Estratégico 1: Desenvolvimento de programas e projetos de assistência estudantil e de permanência na Universidade.

Ações norteadoras:

- Consolidar e ampliar progressivamente o programa de bolsas universitárias;
- Ampliar os convênios com órgãos públicos e privados que possuem programas de auxílio e bolsa universitária;
- Criar mecanismos de acompanhamento acadêmico dos bolsistas;
- Construir centros de convivência nos blocos do *campus* administrativo;
- Mobilizar autoridades municipais e estaduais com vistas à melhoria progressiva do sistema de transporte para o *campus* universitário.

Objetivo Estratégico 2: Modificar as Matrizes Curriculares de modo a tornar a Extensão Universitária parte organicamente integrante da formação discente e da prática cotidiana do docente.

Ações norteadoras:

- Fomentar a criação de núcleos de Extensão Universitária no âmbito das faculdades;
- Criar um plano de comunicação e divulgação dos projetos e programas de Extensão Universitária;
- Ampliar as ações de extensão universitária focadas na inclusão social, cidadania, direitos humanos e meio ambiente.

Objetivo Estratégico 3: Garantir a participação da Universidade na formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas de Extensão em âmbito local, regional e nacional.

Ações norteadoras:

- Elevar a articulação entre a Universidade e organizações representativas da sociedade;
- Inserir a Universidade no Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- Firmar convênios com os poderes públicos federal, estadual e municipal, para a realização de programas e projetos de Extensão Universitária voltados para o desenvolvimento econômico, político e social;
- Solicitar aos poderes públicos municipal, estadual e federal representatividade da Universidade em seus Conselhos;

- Incentivar a participação dos docentes e discentes em conselhos municipais, estaduais e federais.

Objetivo Estratégico 4: Garantir o acesso das faculdades a editais externos de financiamento e fomento de projetos e programas de Extensão Universitária.

Ações norteadoras:

- Realizar encontros anuais de capacitação docente no intuito de divulgar os editais externos de financiamento e fomento de projetos e programas de extensão universitária;
- Realizar encontros anuais de capacitação docente no intuito de aprimorar a metodologia para elaboração e execução de projetos e programas de Extensão Universitária;
- Garantir a contrapartida necessária por parte da Universidade para a participação nos Editais Anuais (Proext/MEC/Sesu).

O PDI não apresenta como deve ser a participação dos estudantes na extensão e intervenção social. Todavia, sabe-se da existência da participação de alunos em projetos de extensão, principalmente aqueles ligados à formação acadêmica da graduação. Pode-se citar como exemplo o NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas) e as Clínicas de Fisioterapia e Psicologia, nos quais, por obrigação de matriz curricular, o acadêmico tem de desenvolver atividades de estágio curricular obrigatório.

Quanto à dinâmica de funcionamento da Pró-reitoria de Extensão, a mesma concentra-se basicamente no recebimento, cadastro e autorização para execução dos projetos de extensão.

7.4 Resultado da Pesquisa de Campo

Ao se comparar os resultados da etapa avaliativa de 2011/2012 com a de 2013/2014, percebeu-se que quase todos os itens do questionário foram alterados.

Na avaliação 2011/12, tanto para discentes quanto para docentes, foram abordados temas envolvendo publicação de trabalho científico, participação em algum projeto de pesquisa, incentivo à pesquisa, participação em projetos de extensão, incentivo à extensão e política de formação acadêmica científica profissional na formação cidadã (responsabilidade, respeito, direitos, deveres e ética).

Especificamente para os docentes, questionou-se a respeito da orientação regular de acadêmicos em iniciação científica.

Na etapa avaliativa 2013/14, diferente da etapa avaliativa 2011/2012 que aplicou questionamentos apenas aos discentes e docentes, os itens foram aplicados aos discentes, docentes e servidores técnicos e administrativos. Estes itens estão descritos abaixo com suas respectivas avaliações.

Para os docentes, foram avaliados como **potencialidade**: a pesquisa quanto ao atendimento da missão e às necessidades sociais da região; fóruns para divulgação da iniciação científica; necessidades do desenvolvimento da extensão; cooperação entre docentes para atividades de extensão; participação dos alunos nas atividades de extensão; divulgação das atividades de extensão; impacto das atividades de extensão na formação dos estudantes; relação da extensão com a pesquisa; relação dos trabalhos de extensão com a apresentação dos mesmos; relação da extensão com as atividades de ensino e sistemáticas de extensão desenvolvidas na Instituição.

Como **item a ser melhorado**, foram avaliados os itens: veículos de divulgação da produção científica, apoio das agências de fomento, políticas de desenvolvimento das atividades de extensão e participação dos docentes nos projetos de extensão.

E finalmente avaliado como **fragilidade**: políticas de auxílio aos professores e alunos para divulgação de trabalhos científicos, formação de novos pesquisadores e atividades que permitam a inter-relação do ensino com a pesquisa.

Para os discentes, foram avaliados como **fragilidade**: condições para desenvolvimento da pesquisa; participação em projetos de pesquisa; divulgação sobre as linhas e projetos de pesquisa; relação entre ensino e pesquisa; relação entre projetos de extensão e pesquisa; acervo bibliográfico para pesquisa; condições para desenvolvimento da extensão; participação em projetos de extensão; divulgação sobre as linhas e projetos de extensão; relação da extensão com a pesquisa e relação da extensão com o ensino.

Como **item a ser melhorado**, foram considerados os itens: valorização dos projetos de extensão, objetivos de cada curso em relação aos projetos de extensão e impacto das ações de extensão sobre a formação do acadêmico.

Já os servidores técnicos administrativos avaliaram como **fragilidade**: a participação dos funcionários em eventos e cursos de formação e políticas e mecanismos de incentivo à participação dos funcionários nas atividades de extensão.

Como **potencialidade** para este grupo estão os itens: cooperação entre docentes e funcionários para o desenvolvimento de pesquisas, grau da importância da pesquisa para o

município e região, condições para desenvolvimento da extensão, divulgação sobre as atividades de extensão, valorização dos projetos de extensão e importância das atividades de extensão.

E finalmente como **item a ser melhorado** aparece o conhecimento dos servidores quanto aos objetivos institucionais para a extensão.

Os itens coincidentes nas duas etapas, questionados aos docentes, foram avaliados da seguinte forma:

- a avaliação dos docentes em relação à participação dos alunos nas atividades de extensão, que por dois ciclos avaliativos apresentaram **fragilidade**, neste ciclo apresentou-se como **potencialidade**;
- a participação dos docentes nos projetos de extensão da IES, que aparecia **fragilidade**, neste ciclo foi avaliada como **item a ser melhorado**, evidenciando a evolução da IES nestes quesitos;
- as políticas existentes na IES para o desenvolvimento das atividades de extensão (incentivo) ainda permanece como **item a ser melhorado**.

Os itens coincidentes nas duas etapas, questionados aos discentes, foram avaliados da seguinte forma:

- as políticas existentes na IES para o desenvolvimento das atividades de extensão (incentivo), que eram consideradas **item a ser melhorado**, neste ciclo apresentaram-se como **fragilidade**;
- a avaliação dos alunos nos projetos de pesquisa, nos dois ciclos avaliativos apresentou-se como **fragilidade**;
- a participação dos discentes nos projetos de extensão da IES, apresenta-se como **fragilidade** nos dois ciclos (2011/2012 e 2013/2014), evidenciando a necessidade de melhorias da IES nestes quesitos.

A Comissão sugere que maiores incentivos sejam oferecidos para pesquisa e extensão, como mais bolsas para iniciação científica, divulgação da importância da pesquisa e extensão para docentes e discentes por meio de redes sociais, panfletos e *sites*. O desenvolvimento de políticas de dedicação exclusiva e políticas de incentivo específicas para pesquisadores e para extensão se faz necessário, bem como a promoção de eventos e/ou cursos de formação aos servidores técnicos e administrativos. Sugere-se também a realização de projetos de extensão nos finais de semana, para dar maior oportunidade de envolvimento da maioria dos acadêmicos da UniRV, que cursam faculdades em período noturno.

Por fim, esta comissão considera pertinente a manutenção dos itens avaliados na etapa avaliativa 2013/14 por estes estarem adequados ao proposto pelo Sinaes.

7.5 Comunicação com a Sociedade

A avaliação da dimensão 4 no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional - revela que este documento não apresenta as vias de comunicação com a sociedade, apenas afirma-se que do PDI espera-se que seja um instrumento capaz de municiar toda a comunidade acadêmica da IES de informações que possam integrar pensamentos em torno de metas e objetivos instituídos, que resultem em desenvolvimento do conhecimento e melhoria da qualidade a toda coletividade regional.

O documento se apresenta como um instrumento de comunicação interna, tendo como meta “Ampliar a inserção local e regional da IES, avançando na interlocução com a sociedade com ênfase na difusão de tecnologias, em especial as sociais”.

A Universidade de Rio Verde dispõe de alguns canais e sistemas de comunicação com a sociedade, destacando-se a assessoria de comunicação, telefonia e internet.

A assessoria de comunicação da Universidade de Rio Verde atua como agência de notícias para divulgação interna e externa das atividades da reitoria, pró-reitorias, diretorias, núcleos, etc., com o objetivo de dar visibilidade às principais ações, programas, projetos e pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica. Sua estrutura é composta por redação jornalística, design gráfico, divulgação e fotografia. As formas de divulgação utilizadas para veiculação de informações para o público interno e externo são: *on-line*, impressa, mídia eletrônica, rádio e TV.

Os meios mais utilizados pela Instituição para comunicação interna e externa são: *site* (sempre disponível), rádio e jornal (somente em época de vestibular), memorandos, ofícios, *Facebook*, reuniões, portarias, informes em quadro de avisos, panfletagem e *outdoor*.

A comunicação da IES está comprometida com a missão da Universidade, porém, talvez não esteja sendo amplamente utilizada. Em algumas circunstâncias, parece haver um desinteresse dos usuários em consultar os meios de informação disponíveis ou que são criados com objetivos específicos.

O *site* constitui realmente o meio mais completo de comunicação tanto com a comunidade externa quanto interna. Nele, podem ser encontradas informações quanto aos cursos de graduação e pós-graduação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos, incentivos e

bolsas para estudantes, valor da mensalidade, serviços variados, procedimentos burocráticos, informações sobre PPC, disciplinas, créditos, horário, manuais de estágio, empresas conveniadas para estágio, calendário, etc. Todas essas informações estão alocadas nas páginas referentes a suas respectivas pró-reitorias.

A Instituição não conta com folhetos ou jornais para comunicação interna, porém existe um serviço de ouvidoria, sendo sua criação sugestão da CPA.

7.5.1 Resultado da Pesquisa de Campo

Ao se comparar os resultados da etapa avaliativa de 2011/2012 à de 2013/2014, percebe-se que as questões apresentadas na primeira avaliação não foram repetidas na segunda.

Na etapa 2013/2014, os docentes avaliaram como **potencialidade** todas as questões propostas na dimensão 4:

- a forma como a Instituição utiliza o *site* da UniRV para prestar informações acadêmicas; a divulgação da Instituição e dos serviços por ela prestados, através dos veículos de comunicação; a comunicação entre a instituição e a comunidade interna (alunos, professores e servidores); o fluxo e a circulação de informações na Instituição; os comunicados e os informes (*site*, TV, rádio, jornal) sobre eventos na Instituição; os canais de expressão e reivindicação na Instituição; o protocolo, fluxo e distribuição de documentos (memorandos, ofícios e portarias) na Instituição; o serviço de ouvidoria (que tem a função de receber críticas, sugestões, reclamações e agir em defesa imparcial da comunidade).

Já os discentes consideraram como

- **Potencialidade** : a forma como a Instituição utiliza o *site* da UniRV para prestar informações acadêmicas; a divulgação da Instituição e dos serviços por ela prestados, através dos veículos de comunicação, a comunicação entre a instituição e a comunidade interna (alunos, professores e servidores);
- **Ponto a ser melhorado:** o fluxo e a circulação de informações na Instituição; os comunicados e os informes (*site*, TV, rádio, jornal) sobre eventos na instituição; o protocolo, fluxo e distribuição de documentos (memorandos, ofícios e portarias) na Instituição; o serviço de ouvidoria (que tem a função de receber críticas, sugestões, reclamações e agir em defesa imparcial da comunidade).

- **Fragilidade:** os canais de expressão e reivindicação na Instituição.

As questões apresentadas aos servidores técnicos e administrativos diferem das apresentadas aos segmentos anteriores, dentre as quais representam **potencialidade:** o acesso a equipamentos de informática e internet; o protocolo, fluxo e distribuição de documentos. Consideraram como **fragilidade** as questões: o conhecimento do Estatuto e Regimento da IES; o conhecimento das decisões do Consuni; o fluxo de informações dentro da IES.

De modo geral, observou-se que houve evolução na comunicação da universidade com os diferentes setores.

7.6 Atendimento aos Discentes

Em relação a políticas de atendimento aos discentes, é importante citar o Programa de Bolsa Universitária da Universidade de Rio Verde – UniRV, que compreende duas espécies distintas de bolsas:

- Bolsa Social;
- Bolsa Atividade.

A Bolsa Social tem por objetivo conceder bolsas de estudo a alunos assíduos e regularmente matriculados para auxílio no custeio de seus estudos e visa, principalmente:

- possibilitar aos estudantes de classes sociais menos abastadas o acesso ao Ensino Superior;
- ajudar na formação de profissionais que possam colaborar para o pleno desenvolvimento de nossa comunidade local;
- incentivar jovens e adultos economicamente carentes a continuarem os seus estudos;
- reduzir o índice de evasão no âmbito da Universidade de Rio Verde;
- ampliar o número de profissionais com formação superior, valorizando e melhorando o nível tanto de vida quanto da mão de obra em nossa região e no Estado de Goiás.

Para se inscrever no Programa Bolsa Social, o estudante deverá:

- ser brasileiro nato ou naturalizado;
- estar regularmente matriculado em um dos cursos de graduação da Universidade de Rio Verde e ter sido admitido através de concurso vestibular;
- não possuir diploma de curso superior e nem estar matriculado em outro curso de ensino superior;

- ser economicamente carente, conforme critérios definidos pelo Comitê Gestor de Bolsas e Descontos via regulamento;
- ter bom desempenho acadêmico;
- não receber qualquer auxílio ou benefício de outra fonte pública para o custeio de sua mensalidade, inclusive da própria Universidade de Rio Verde, ressalvado o desconto por pontualidade;
- não ter sido desligado anteriormente da Bolsa Social devido ao descumprimento das exigências mínimas ou por fraude.

Para a seleção do aluno inscrito no Programa Bolsa Social, serão observados os seguintes dados:

- índice de carência econômico-financeira, definido via regulamento;
- comprovação das declarações constantes no formulário de inscrição;
- frequência;
- aproveitamento escolar.

Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao estudante:

- que seja arrimo de família, casado ou não;
- que tenha membro da família portador de deficiência grave ou crônica que resulte em gastos significativos na renda familiar;
- que esteja matriculado em cursos da área educacional, de saúde ou de agricultura/pecuária;
- que seja órfão.

O processo seletivo para a concessão da Bolsa Social é feito em duas etapas:

- Primeira etapa – análise dos documentos, entrevista com os estudantes inscritos pelo Comitê Gestor de Bolsas e Descontos;
- Segunda etapa – verificação da existência de recursos financeiros disponíveis para a concessão das bolsas.

Após a concessão da Bolsa Social, o estudante beneficiário prestará serviços, durante o curso, em locais, entidades e instituições definidas pelo Comitê Gestor de Bolsas e Descontos, ou ainda na própria Universidade de Rio Verde, com carga horária compatível com seus afazeres escolares e de trabalho, de acordo com a natureza da área de sua formação, ou em projetos de pesquisa devidamente cadastrados na Pró-reitoria de Pesquisa ou na Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Acadêmicos, conforme definido em Termo de Compromisso a ser firmado entre a Universidade e o aluno.

A concessão da Bolsa Social será automaticamente interrompida nos casos de:

- fraude em processo ou procedimento administrativo, devidamente apurada;
- reprovação do aluno em qualquer disciplina, por insuficiência de nota ou por falta;
- não cumprimento da contrapartida prevista e definida em Termo de Compromisso.

A Bolsa Atividade tem por objetivo conceder bolsas de estudo a alunos que realizam ou participam de algumas das seguintes atividades da Universidade de Rio Verde, definidas pelo regulamento:

- monitoria;
- atletas nas equipes oficiais da UniRV;
- coral universitário;
- corpo teatral;
- projetos sociais devidamente cadastrados na Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Acadêmicos;
- bolsas de iniciação científica, com projetos devidamente cadastrados na Pró-reitoria de Pesquisa e dentro dos limites estipulados pela Reitoria.

Para se inscrever no Programa Bolsa Atividade, o estudante deverá:

- ser brasileiro nato ou naturalizado;
- estar regularmente matriculado em um dos cursos de graduação da Universidade de Rio Verde – UniRV;
- ter bom desempenho acadêmico;
- não receber qualquer auxílio ou benefício de outra fonte pública para o custeio de sua mensalidade, inclusive da própria Universidade de Rio Verde, ressalvado o desconto por pontualidade;
- não ter sido desligado anteriormente da Bolsa Atividade devido ao descumprimento das exigências mínimas ou por fraude.

A Bolsa Atividade somente poderá ser requerida pelo próprio estudante.

Para a seleção do aluno inscrito no Programa Bolsa Atividade, serão observados os seguintes requisitos:

- participação ativa em qualquer uma das atividades relacionadas na Lei nº. 5.517/2008 da Prefeitura Municipal de Rio Verde;
- a admissão do aluno em qualquer das atividades deverá ser feita através de processo seletivo próprio, realizado pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis;

- preenchimento de formulário próprio junto ao Comitê Gestor de Bolsas e Descontos;
- aproveitamento escolar.

Após a concessão da Bolsa Atividade, o estudante beneficiário participará ativamente da atividade na qual foi aprovado sempre que convocado para tanto, respeitados os seus afazeres escolares e de trabalho, conforme definido em Termo de Compromisso a ser firmado entre a Universidade e o aluno.

A concessão da Bolsa Atividade será automaticamente interrompida nos casos de:

- fraude em processo ou procedimento administrativo, devidamente apurada;
- reprovação do aluno em qualquer disciplina, por insuficiência de nota ou por falta;
- não cumprimento da contrapartida prevista e definida em Termo de Compromisso;
- desligamento da atividade que garantiu a obtenção de sua bolsa.

Abaixo estão relacionados os valores mensais de todos os tipos de bolsas existentes na Instituição (as alterações nos meses subsequentes do semestre são pequenas e relativas, principalmente, à substituição de monitores):

Bolsas do Pibic:	R\$ 4.000,00
Bolsa OVG (Rio Verde):	R\$ 426.586,00
Bolsa OVG (Caiapônia):	R\$ 80.215,70
Bolsa OVG (Cristalina):	R\$ 1.100,00
Bolsa Monitoria (Rio Verde):	R\$ 49.420,19
Bolsa Monitoria (Caiapônia):	R\$ 1.100,00
Bolsa Coral:	R\$ 10.459,00
Bolsa Orquestra Camerata (Caiapônia):	R\$ 1.670,15
Bolsa Adefirv:	R\$ 5.507,40
Bolsa Prefeitura Municipal Rio Verde:	R\$ 332.043,31
Bolsa Cicurv:	R\$ 853,50
Bolsa Medicina:	R\$ 71.254,67
Bolsa Social:	R\$ 7.896,90
Bolsas Empresariais e/ou Prefeituras de outros municípios:	R\$ 10.278,60
Desconto Incentivo Adulto:	R\$ 11.966,87
Desconto Portador de Diploma:	R\$ 26.361,97
Desconto Licenciatura:	R\$ 53.817,40

7.6.1 Resultado da Pesquisa de Campo

Percebe-se, no questionário referente às políticas de atendimento a estudantes, que os docentes avaliam que o sistema de acolhida, a representatividade dos discentes nos colegiados, o sistema de bolsas, o incentivo aos estágios curriculares não obrigatórios, a clareza dos direitos e deveres explicitados no regimento, portarias e manual de estudantes e o processo seletivo para admissão nos cursos de graduação são bons ou ótimos, avaliando-os como **potencialidades**. Porém, no item que versa sobre criação de oportunidades de formação continuada, os docentes acreditam que deixa a desejar, considerando-o uma **fragilidade**.

Sugere-se informar ao Pró-reitor de Pós-graduação a percepção dos docentes de modo a incluir este item nas políticas do setor.

Em contrapartida, os discentes, na maioria dos itens, discordam dos docentes, concordando apenas no item do processo seletivo para admissão dos candidatos, considerando-o, assim como os professores, uma **potencialidade**.

Para os alunos, o sistema de acolhida aos calouros, a representatividade deles no colegiado, o sistema de bolsas e monitorias, os direitos e deveres explicitados em portarias, resoluções, manual do estudante e regimento, a criação de oportunidades de formação continuada são **pontos a serem melhorados**, o que requer uma escuta mais ativa de diretores, pró-reitores, vice-reitoria e reitoria, no sentido de dar voz aos discentes e aos seus anseios.

Sugerem-se reuniões com o DCE e os CAs, para que estes pontos sejam analisados e discutidos.

A discordância maior entre os dois grupos é quanto à política dos cursos para o incentivo aos estágios curriculares não obrigatórios, pois enquanto os docentes a avaliam como **potencialidade**, os acadêmicos avaliam como **fragilidade**.

Sugere-se que as faculdades dentro dos seus núcleos de estágio dediquem maior atenção ao estágio não obrigatório.

Comparando-se as informações do relatório anterior (2011/2012) às do de 2013/2014, nota-se que não há possibilidades de comparação, pois no anterior tratava-se de políticas do setor e nesta etapa, focou-se em questões mais relativas ao atendimento do estudante.

8 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Neste eixo são avaliadas as dimensões 5 (Políticas de pessoal), 6 (Organização e gestão da instituição) e 10 (Sustentabilidade financeira)

8.1 Políticas de Pessoal

No segundo semestre de 2014, a UniRV contava com 332 funcionários e 413 docentes, assim distribuídos:

8.1.1 Quanto ao corpo docente:

8.1.1.1 Qualificação

a) Professores efetivos (com regime de trabalho variando de 20 a 40 horas):

Graduado	-
Especialista	18
Mestre	92
Doutor	33
Pós-doutor	1
Total	144

b) Professores comissionados (horistas):

Graduado	85
Especialista	136
Mestre	46
Doutor	2
Pós-doutor	-
Total	269

8.1.1.2 Experiência profissional no magistério superior:

Tempo de atuação na IES	Número de professores	Porcentagem
0 a 2 anos	171	41,41
3 a 5 anos	65	15,74
6 a 10 anos	49	11,86
11 a 15 anos	55	13,32
16 a 20 anos	21	5,08
21 a 25 anos	24	5,81
26 a 30 anos	20	4,84
Mais de 30 anos	8	1,94
TOTAL	413	100%

8.1.1.3 Publicação de artigos:

Nº de publicações	Número de professores	Porcentagem
Nenhuma publicação	279	67,55
1 artigo	46	11,14
2 artigos	22	5,33
3 artigos	14	3,39
4 artigos	11	2,66
5 artigos	4	0,97
6 a 10 artigos	17	4,12
11 a 15 artigos	9	2,18
16 a 20 artigos	4	0,97
Mais de 20 artigos	7	1,69
TOTAL	413	100%

8.4 Política de capacitação e formação de docentes

- a) Não há política definida e consolidada pela Instituição para a capacitação e formação de docentes. Contudo, há liberações pela IES para qualificação em nível de mestrado e doutorado.
- b) A Pró-reitoria de Graduação promove encontros pedagógicos antes do início do período letivo com o objetivo de atualização didática, ainda que de forma não consolidada.

8.1.2 Quanto aos funcionários administrativos:

- a) 148 são efetivos, sendo 49 portadores de Ensino Fundamental incompleto; 21 com Ensino Fundamental completo; 43 com Ensino Médio; 24 com Ensino Superior; 10 com Pós-graduação e 01 com Mestrado.
- b) 184 são funcionários administrativos comissionados. Destes, 64 possuem Ensino Fundamental incompleto, 15 com Ensino Fundamental completo, 48 com Ensino Médio; 43 com Ensino Superior; 9 com Pós-graduação e 5 com Mestrado.

8.1.3 Forma de ingresso – através de concurso público para efetivação para professores substitutos, processo seletivo simplificado e análise de currículo técnico- administrativo.

8.1.4 Grau de envolvimento dos professores e funcionários:

Considerando que não há política consolidada para Pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

- a) Não há envolvimento dos docentes e funcionários com a Pós-graduação, exceto os que atuam no curso de Mestrado que se valem de 15 horas destinadas para esse fim.
- b) Na pesquisa e extensão, o envolvimento é incipiente (23% do quadro de professores têm algum projeto nessas áreas).

8.1.5 Grau de satisfação:

- a) Não há política que estabelece pesquisa sobre clima organizacional (satisfação com as condições de trabalho, recursos e formação dos técnicos administrativos);
- b) embora haja estudo realizado a respeito do plano de carreira, não existe nada definido a respeito para professores ou funcionários;
- c) não existem ações definidas para medir o desempenho do funcionário.

8.1.6 Resultado da pesquisa de campo

Ao se comparar os resultados da etapa avaliativa de 2011/2012 à de 2013/2014, percebe-se que a maioria das questões apresentadas na primeira avaliação não foi repetida na segunda. Ressalta-se que o questionário 2011/2012 apresentava-se de forma muito generalizada. Já o questionário 2013/2014, apresenta-se mais enxuto, com questões que buscam respostas mais específicas, como resultado da reflexão e meta-avaliação feitas pelos membros da CPA.

Foram obtidos os seguintes dados:

- sobre o atendimento em termos de quantidade de funcionários administrativos em relação à demanda das atividades fins – questões de 2011/2012 e 2013/2014 - apresentam mesmo teor e são avaliadas como **potencialidade**;
- questões sobre o plano de carreira e qualificação profissional: em 2011/2012, apresentava-se como **fragilidade** e em 2013/2014 prevalece a mesma avaliação dos docentes;
- as condições de trabalho na instituição e a relação entre quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos são apontadas como **potencialidade** em ambos os momentos avaliados, com questões diferentes, porém com mesmo teor;
- quanto à qualificação dos servidores administrativos, em 2011/2012 o item foi avaliado como potencialidade. Já em 2013/2014 apresentou-se como **fragilidade** (qualificação) ou **ponto a ser melhorado** (seleção e contratação).

Conclui-se que não foi possível verificar evolução nos itens avaliados, uma vez que as questões apresentaram-se diferentes. Mesmo assim, há itens que sugerem atenção, especialmente no que diz respeito ao plano de carreira e qualificação de todos os servidores da IES.

8.2 Organização e Gestão da Instituição

Para a avaliação desta dimensão, foram considerados os indicadores apresentados pelo Sinaes que são: atas dos órgãos colegiados, regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição, funcionamento do sistema de recursos de TI, mecanismos de controles de normas acadêmicas e organograma.

A estrutura organizacional da UniRV se apresenta a partir de diversas instâncias universitárias:

I - Conselhos Deliberativos Superiores:

- a) Conselho Universitário – Consuni;
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe.

II - Órgãos Executivos Superiores:

- a) Reitoria;
- b) Pró-reitorias;

c) Procuradoria Geral;

d) Assessorias.

III - Faculdades;

IV - Órgãos Complementares;

V - Órgãos Suplementares;

VI - Órgãos Administrativos.

Segundo o Estatuto da UniRV, a função de cada órgão colegiado é:

Consuni: órgão superior, no âmbito da UniRV – Universidade de Rio Verde, de função consultiva, normativa, deliberativa e de planejamento. Ao Conselho Universitário – Consuni compete:

I - definir as linhas gerais do desenvolvimento da UniRV – Universidade de Rio Verde, bem como aprovar o plano plurianual de atividades;

II - zelar pela realização dos fins da UniRV – Universidade de Rio Verde;

III - aprovar, por decisão de 2/3 (dois terços) do total de seus membros, as propostas de alterações deste Estatuto, do Regimento Geral da UniRV – Universidade de Rio Verde e ainda, criação, modificação e extinção dos Órgãos Administrativos;

IV - aprovar orçamentos anual e plurianual da UniRV – Universidade de Rio Verde;

V - deliberar, como instância superior, sobre matérias de recursos previstos em lei, neste Estatuto e no Regimento Geral;

VI - instituir hino, bandeiras, símbolos e insígnias da UniRV – Universidade de Rio Verde;

VII - de ofício, apurar responsabilidade do Reitor, Vice-reitor e Pró-reitores, por meio de sindicância e instauração de procedimento, quando incorrerem em falta grave, ou quando, por omissão ou por ação, não cumprirem este Estatuto, o Regimento Geral e a Legislação de Ensino;

VIII - aprovar o Plano de Carreira Docente e Técnico-administrativo dos servidores da UniRV – Universidade de Rio Verde;

IX - decidir, após sindicância e instauração de procedimento, sobre intervenção em qualquer faculdade e demais órgãos administrativos da UniRV – Universidade de Rio Verde por motivo de infringência da legislação específica do ensino, deste Estatuto e do Regimento Geral;

X - outorgar títulos honoríficos;

XI - aprovar os membros da Comissão Eleitoral;

XII - deliberar sobre matéria disciplinar;

- XIII - aprovar anualmente o relatório e o plano de trabalho apresentados pelo Reitor;
- XIV - autorizar, observadas as disposições legais pertinentes, a alienação e oneração de bens patrimoniais imóveis, bem como a aceitação de legados e doações feitas à UniRV – Universidade de Rio Verde, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros;
- XV - estabelecer as condições gerais de criação e funcionamento das faculdades;
- XVI - estabelecer a política institucional de recursos humanos;
- XVII - promover, na forma deste Estatuto, o processo de escolha do Reitor, Vice-reitor, Pró-reitores e Procurador Geral;
- XVIII - promover, na forma deste Estatuto, o processo de escolha dos Diretores das faculdades;
- XIX - aprovar propostas de criação e extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação;
- XX - deliberar sobre questões omissas neste Estatuto e no Regimento Geral;
- XXI - buscar recursos e angariar fundos para atender a projetos culturais e ambientais, projetos de atenção integral à criança e ao adolescente e de apoio a hipossuficientes.

Consepe: órgão superior, no âmbito da UniRV – Universidade de Rio Verde, em matéria acadêmico- pedagógica, de natureza consultiva e deliberativa, na área de ensino, pesquisa e extensão. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe tem as seguintes competências:

- I - manifestar-se, no que for de sua competência específica, sobre modificações deste Estatuto e do Regimento Geral e elaborar seu Regimento Interno;
- II - intervir, após ouvido o Consuni, em qualquer uma das faculdades e demais órgãos acadêmico-pedagógicos da UniRV – Universidade de Rio Verde por motivo de descumprimento deste Estatuto e do Regimento Geral;
- III - avaliar e aprovar os processos de criação de novos cursos, aumento de vagas, alterações curriculares, ouvido o respectivo Conselho da Faculdade para posterior encaminhamento ao Reitor e ao Consuni;
- IV - emitir parecer sobre a criação, desmembramento, incorporação ou extinção de faculdades;
- V - estabelecer normas gerais para organização, funcionamento, avaliação e alterações relativas aos cursos de graduação, pós-graduação, atividades de pesquisa e de extensão;
- VI - aprovar calendário acadêmico;
- VII - propor ao Consuni diretrizes relativas à pesquisa, extensão, cultura e assuntos estudantis;

VIII - decidir sobre os recursos ou representações que lhe forem dirigidas em matéria de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as normas regimentais;

IX - exercer as funções de órgão superior deliberativo e consultivo, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

Faculdade: É a unidade básica da estrutura universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica, pedagógica e disciplinar. O Conselho da Faculdade é órgão máximo deliberativo e de recurso em matéria acadêmica e administrativa da faculdade e terá por competência:

I- Estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas da faculdade e supervisionar sua execução, em consonância com o disposto neste Estatuto e Regimento Geral da UniRV – Universidade de Rio Verde;

II- Aprovar o plano de gestão da Diretoria, que deverá ser apresentado pelo Diretor nos primeiros trinta (30) dias do seu mandato;

III- Propor ao Consepe a criação ou extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação, bem como alterações do número de vagas;

IV- Aprovar os cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão a serem desenvolvidos na faculdade atendendo à política e às diretrizes dos Conselhos Deliberativos Superiores e ouvidas as Pró-reitorias correspondentes;

V- Propor acordos e convênios junto ao poder público e entidades de caráter privado ou público, para encaminhamento às Pró-reitorias;

VI- Elaborar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico-curricular, programar atividades complementares, inclusive de cunho cultural, apreciar estudos sobre o perfil dos alunos, estabelecer padrões de avaliação, avaliar semestralmente os cursos e propor alterações curriculares;

VII- Propor ações e programas de iniciação científica destinados a melhorar a formação e a preparar os futuros pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento.

Órgãos complementares: são ligados às faculdades e têm por objetivo complementar as atividades que exigem estruturas mais complexas.

Órgãos suplementares: são vinculados à Reitoria, com atribuições técnicas, culturais, desportivas, recreativas e outras, para fornecer apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Órgãos administrativos: subordinados à Reitoria, têm como atribuição exercer atividade de natureza técnica, desempenhando, dentre outras as seguintes funções:

I - Prestar serviço à comunidade interna da Universidade;

II - Assessorar as atividades acadêmicas e administrativas da Universidade;

III - Propor normas e procedimentos operacionais;

IV - Outras funções a serem previstas no Regimento Interno da Reitoria.

Segundo o Estatuto da UniRV atualmente são Órgãos Administrativos:

- Secretaria Geral (SG);
- Centro de Processamento de Dados (CPD);
- Biblioteca;
- Gabinete da Reitoria.

É importante ressaltar que o Consuni e os Conselhos das Faculdades encontram-se em pleno funcionamento, porém o mesmo não acontece com o Consepe. A Universidade tem enfrentado dificuldades para formar esse órgão, não conseguindo nas eleições internas estabelecer sua composição. Algumas de suas atribuições vêm sendo exercidas pelo Consuni ou pela Câmara de Graduação.

De fato, o que tem ocorrido é que o Consepe aparece regulamentado nos documentos oficiais, mas na realidade não atua. A CPA acredita que, uma vez que tem sido impraticável a composição do Consepe, que se alterem as normas de sua formação, de modo que o órgão venha efetivamente a existir e cumprir o seu papel. Uma alternativa a essa modificação seria a extinção deste Conselho, caso se ache conveniente, já que na prática suas funções vêm sendo exercidas por outras instâncias.

Destaque-se que todas as faculdades possuem regulamento, com exceção dos cursos novos ainda em fase de implantação.

Da análise dos documentos oficiais da Instituição, também se depreende que estão em desacordo, isto é, não estão alinhados de modo a propiciar uma sustentação de continuidade. Percebem-se nos textos algumas incongruências com determinações não factíveis na realidade do trabalho diário de diversos setores.

A Comissão recomenda que os documentos oficiais sejam revisados com base no Estatuto a fim de se promover seu alinhamento e sua adequação à realidade vivenciada na Instituição ou a revisão do próprio Estatuto, de modo a aprimorar-se a organização e gestão da Universidade.

8.2.1 Resultado da pesquisa de campo - Organização e gestão da Instituição

Em relação a esta dimensão, foram utilizados formulários idênticos para docentes, discentes e servidores. No entanto, as perguntas formuladas para a avaliação do período de 2013/2014 divergem quase que integralmente das perguntas da avaliação anterior, o que dificulta uma comparação mais precisa entre os dois períodos.

A única pergunta coincidente nos dois formulários diz respeito ao entendimento das normas e procedimentos acadêmicos nos documentos oficiais, como Regimento Geral, Estatuto e Manual do Aluno. O resultado revela um avanço em relação ao período anterior, pois esse quesito passou de fragilidade a **item a ser melhorado** para servidores e discentes e **potencialidade** para os docentes.

Outros itens que aparecem como **potencialidades** nos três relatórios são: funcionamento dos controles de notas e faltas por meio de registro acadêmico e respeito à hierarquia das funções administrativas.

Os docentes avaliaram todos os quesitos como **potencialidades**, porém servidores e acadêmicos não foram tão positivos em suas avaliações.

Os critérios de composição dos órgãos colegiados, tais como Consuni e Conselhos das Faculdades são avaliados como **potencialidade** por servidores e professores, mas como **item a ser melhorado** pelos discentes. Resultado idêntico aparece em relação à autonomia e funcionamentos desses órgãos.

Tanto servidores quanto alunos entendem que os critérios para organizar e conduzir os processos de tomada de decisão na Instituição são **ponto a ser melhorado**. O mesmo ocorre em relação ao entendimento das normas e procedimentos acadêmicos dos documentos oficiais. A Comissão sugere que haja melhor divulgação das decisões tomadas e das atividades dos órgãos colegiados, até para que os critérios seguidos em cada decisão fiquem mais claros para a comunidade acadêmica. Quanto aos documentos oficiais, eles estão disponíveis no *site* da Universidade para consulta pública, o que, supõe-se, apenas ocorre quando há alguma necessidade de se resolver um problema individual.

No que concerne à representatividade de todos os segmentos da comunidade administrativa na composição dos órgãos colegiados, alunos e servidores entendem que este é um **ponto a ser melhorado**. A interpretação deste resultado pode se dar de duas maneiras: ou os respondentes entendem que a forma de composição dos órgãos não atende suas necessidades ou que seus representantes nestes órgãos não estão tendo uma atuação satisfatória. Recomenda-se que em reuniões com representantes do DCE e centros acadêmicos discuta-se que pontos exatamente da representatividade devem ser melhorados. É possível que os acadêmicos sintam-se mal representados ou não saibam que podem ser representados nos colegiados. O mesmo procedimento seria recomendável em relação aos servidores.

Observa-se uma evolução na avaliação da organização e gestão da Instituição em relação à avaliação anterior, mas faz-se a ressalva de que as perguntas do último formulário diferem muito do formulário anterior.

8.3 Sustentabilidade Financeira

Com o intuito de analisar a sustentabilidade financeira da Instituição (dimensão 10), foram elaboradas várias planilhas pelo setor financeiro. Cabe aqui explicar que não foi possível elaborar algumas planilhas sugeridas pelo Sinaes, como a Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos, a Planilha para liberação de verbas para auxílio de custo para participação de eventos pelos discentes e a Planilha de relação de técnico-administrativos em capacitação, uma vez que a Instituição não conta com verbas específicas para esses fins. O mesmo ocorre com os gastos com aposentadoria, porque a instituição responsável pelo pagamento de aposentadoria dos funcionários aposentados é o Instituto de Previdência de Rio Verde (Iparv), e não a Universidade.

Em relação à contratação de funcionários, houve a contratação de 231 servidores administrativos e 427 docentes no período 2013/2014.

Foram oferecidos 28 cursos de graduação em 2013, considerando-se Rio Verde e outros municípios onde a Instituição atua. É importante ressaltar que dois cursos - Direito/Nerópolis e Gestão de Agronegócios/Caiapônia – foram encerrados em 2013. Em 2014, iniciou-se o curso de Medicina em Aparecida de Goiânia. Nesse mesmo período, foram oferecidos três cursos de pós-graduação *lato sensu* e um *stricto sensu*. Todos os cursos aqui mencionados são presenciais.

A folha de pagamento gira em torno de R\$ 2.900.000,00 e os descontos, em torno de R\$ 800.000,00.

O valor gasto com indenizações e restituições trabalhistas foi próximo de R\$ 800.000,00. É preciso esclarecer que esses valores se referem a acertos trabalhistas efetuados com servidores técnicos e administrativos e docentes contratados, uma vez que essa realidade não se aplica aos efetivos, que são profissionais concursados.

No que concerne à relação entre alunos ingressantes e concluintes, observa-se uma diferença significativa entre o número de ingressantes no primeiro e no segundo semestre. No primeiro semestre de 2013, houve 1.551 ingressantes e 689 concluintes, enquanto no segundo semestre do mesmo ano, houve 647 ingressantes e 615 concluintes. No primeiro semestre de 2014, houve 1.345 ingressantes e 460 concluintes. No segundo semestre, foram 640 ingressantes e 406 concluintes. Constata-se que no vestibular de meio de ano tem havido poucos candidatos, e não tem sido possível formar turmas de ingressantes em todos os cursos.

Há três docentes efetivos em licença para capacitação. Todavia, há vários professores, tanto efetivos quanto contratados, em capacitação que não se licenciaram para tal, tendo mantido sua carga horária de trabalho.

Em relação aos materiais de laboratórios para os diversos cursos, nota-se um aumento muito grande de gastos com manutenção e investimentos de 2013 para 2014. Em 2013, os valores totalizaram R\$ 1.158.497,77 e em 2014, R\$ 2.378.733,09, ou seja, aproximadamente o dobro. Os principais aumentos foram observados nos seguintes itens: gás engarrafado, alimentos para animais, material de informática, material para manutenção de bens móveis, sementes e mudas de plantas, aparelhos, utensílios e equipamentos médico-odontológicos e equipamentos de processamento de dados.

Realidade semelhante se observa no que diz respeito à manutenção de setores, clínicas e hospitais. Em 2013, a Instituição gastou R\$ 1.053.713,60, e em 2014, 2.317.444,48. Os custos aumentaram significativamente em relação a serviços técnicos e profissionais, serviços de telecomunicações, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos e serviços de água, esgoto e eletricidade. Em compensação, houve redução nos gastos com conservação de bens móveis e serviços de comunicação em geral.

Esses aumentos têm ocorrido em virtude da expansão de três cursos novos na Instituição: Medicina (em Rio Verde e a partir de 2014, também em Aparecida de Goiânia), Odontologia e Engenharia Civil. Só para o curso de Engenharia Civil foram montados mais três laboratórios de

informática e para Odontologia, a instalação da Clínica Escola. Esses cursos, até que se formem as primeiras turmas, vão demandar volume considerável de investimentos até que toda sua estrutura esteja concluída.

Nos investimentos com construção, em 2013, foram gastos R\$ 1.074.422,99 nessa área, e R\$ 714.832,58 até o mês de setembro de 2014.

Uma dificuldade apontada na gestão financeira da Universidade é o sistema de gestão usado pela Instituição. Por ser municipal, as contas da Universidade fazem parte das contas da Prefeitura, e por isso a IES usa o mesmo sistema da Prefeitura de Rio Verde, voltado para a administração pública. Um sistema independente possibilitaria a emissão de controles gerenciais específicos, o que hoje não é possível. Contudo, essa é uma realidade da qual a Universidade não pode escapar, devendo se adaptar às condições da administração pública.

A partir de 2015, estão previstos investimentos mais altos, uma vez que as dificuldades financeiras de anos passados vêm sendo administradas e em breve a Instituição terá mais recursos próprios disponíveis para investimentos. É importante lembrar que a fonte de recursos da Universidade provém das mensalidades pagas pelos alunos, e um valor menor de verbas de fomento para projetos da Instituição aprovados por instâncias financiadoras. Embora a mantenedora da IES seja a Prefeitura de Rio Verde, esta não aporta recursos para a condução das atividades da Universidade.

É preciso ressaltar que a UniRV, em 2013, pagou R\$ 4.880.445,89 em parcelamento de dívidas de administrações passadas, e em 2014, esse valor foi reduzido para R\$ 4.560.221,77, o que significa que a IES está conseguindo quitar esses débitos. Mais importante, não estão sendo adquiridas novas dívidas, fator fundamental para a saúde financeira da Instituição.

9 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Neste último eixo, avalia-se a dimensão 7 que se refere à infra física da Instituição

A UniRV – Universidade de Rio Verde oferece vinte e sete cursos de graduação no *campus* de Rio Verde, quatro em Caiapônia, um em Cristalina e um em Aparecida de Goiânia.

O *Campus* I situado na Fazenda Fontes do Saber possui 297,39 hectares de área total, contando com 26.651 m² (área rural e social) de área construída que abriga os Blocos I, II, III, IV, V, VI e VII.

Este *campus* conta com salas de aulas, áreas de circulação, laboratórios diversos, biblioteca central, dois auditórios (no bloco I para 250 pessoas e outro no bloco II para noventa pessoas), lanchonete, diversos setores agropecuários (bovinocultura, cunicultura, piscicultura, olericultura e caprinocultura) e sede da associação dos Professores e Funcionários da Universidade de Rio Verde.

O bloco I é utilizado pelos Cursos de Ciência da Computação, Design Gráfico, Design de Interiores, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia de Software, Engenharia de Produção, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Odontologia e Medicina.

Para dar suporte ao funcionamento pedagógico, a UniRV conta com instalações destinadas a providências administrativas, com área construída de 12.103 m². Há no Bloco I 60 salas para atividades pedagógicas, 18 salas destinadas à administração superior (reitoria, pró-reitorias e vice-reitoria), 20 salas para diretorias e coordenadorias de cursos, 23 salas de serviços administrativos, 11 salas de suporte e apoio às diversas atividades, 11 laboratórios (de informática e enfermagem) e 14 banheiros.

Anexa ao Bloco I está a Biblioteca Central "Luíza Carlinda de Oliveira", que coordena as Setoriais: Biblioteca Centro de Negócios, Biblioteca Centro de Licenciaturas, Biblioteca *Campus* Caiapônia e Biblioteca Cristalina. O acervo informatizado é composto por livros, periódicos técnicos, folhetos, vídeos, CD-ROM, mapas, monografias, artigos, dissertações e teses organizadas segundo técnicas e critérios da área de biblioteconomia com base na classificação decimal universal (CDU) e tabela PHA e a catalogação segue regras do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2).

O processamento e controle do acervo são realizados pelo software desenvolvido pela Instituição nos critérios da plataforma MARC 21, denominado Biblio MARC 21. Também é disponibilizado aos professores, funcionários técnicos e administrativos e acadêmicos acesso gratuito ao Portal Periódicos Capes - <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

A Biblioteca Central está instalada em uma área de 1.200 m², sendo destinados 593,32 m² ao acervo, 453,21 m² aos usuários, 107,58 m² a recepção e 45,89 m² aos banheiros.

No sistema estão cadastrados 29.556 títulos com 50.037 exemplares, apresentando um incremento de 35,3% na quantidade de títulos a partir de 2010, quando contava com 21.846 títulos e 44,8% na quantidade de exemplares, que era de 34.552 exemplares. Para reforçar o acervo, no mês de outubro de 2014 foram adquiridos 391 títulos com 1.452 exemplares.

Este bloco sofreu uma reforma parcial em 2014, incluindo a troca do telhado. Outras áreas reformadas foram: secretaria geral, protocolo, tesouraria, algumas salas de pró-reitoria e do Núcleo Geral de Estágios. Além disso, foi realizada a pintura geral do prédio, reforma dos banheiros, climatização das salas, troca parcial do mobiliário, incluindo a substituição de alguns quadros negros por quadros brancos.

Nesse mesmo bloco, estão sendo construídas 9 salas de aula de 70 m² cada, perfazendo 630 m² de área construída.

Parte dessas ações é reflexo dos processos de avaliação institucional anteriores, na tentativa de corrigir os pontos frágeis apontados.

O bloco II do *Campus* Administrativo é utilizado pelos cursos de Ciências Biológicas, Agronomia e Mestrado em Produção Vegetal. O prédio possui a seguinte infraestrutura utilizada pelos cursos: 29 laboratórios de diversas áreas, 10 salas de aula para graduação e mestrado. Há diversas salas de apoio pedagógico e técnico e 13 salas compartilhadas por professores para suas atividades, inclusive para atendimento a alunos.

De modo geral, o prédio encontra-se em bom estado de conservação, atendendo as necessidades do diferentes cursos que abriga. Passou por uma pintura geral em 2014 e a administração superior planeja substituir as salas de aula por laboratórios.

Os cursos de Agronomia e Direito ocupam o Bloco III do *Campus* I, contando com 20 salas de aula, 4 salas para coordenação de núcleos pedagógicos, 1 sala de professores, 3 salas de serviços administrativos e apoio, banheiros, lanchonete e uma ampla área de convivência.

O bloco III é uma construção recente, por isso as instalações ainda não sofreram nenhuma grande reforma. Porém, a área de convivência foi ampliada e estão em construção mais dois

banheiros e uma sala para o centro acadêmico de Direito. Observa-se que a sala dos professores deste bloco não atende confortavelmente ao número de professores que faz uso dela.

No bloco IV funcionam os cursos de Medicina Veterinária e Engenharia Civil, além de contar com um laboratório de Odontologia. O bloco tem 10 salas de aula, 1 sala de convivência, 2 laboratórios de informática, 2 banheiros, 1 sala de professores e 3 salas para direção de cursos.

O Bloco V atende ao curso de Medicina Veterinária, abrigando o Laboratório de Anatomia Animal e o Laboratório de Patologia Animal, juntamente com vestiários feminino e masculino para a realização de aulas teórico - práticas.

A Clínica Veterinária Escola ocupa o Bloco VI, que conta com uma recepção, dois consultórios, ambulatório, sala da administração, área de canil e centro cirúrgico.

O Bloco VII é utilizado pelo curso de Engenharia Mecânica e conta com 8 salas de aula, 1 área de convivência, 1 sala de automação, 1 sala de professores, 2 salas de direção de curso, 3 banheiros e 4 laboratórios.

Esse prédio sofreu reforma e ampliação para se adequar às necessidades do curso de Engenharia Mecânica.

O prédio do Centro de Negócios (*Campus II*), com área construída de 2.596,87 m², é utilizado pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo e está localizado à Rua São Sebastião, 05- Centro. Também funcionam ali a Clínica Escola de Nutrição e o Pibid. O prédio tem 2 salas para secretaria, 2 salas para direção das faculdades, 1 sala de audiovisual, 1 sala de professores, 17 salas de aula, 8 banheiros, 2 laboratórios, 2 salas para os Núcleos de Estágio e Atividades Complementares, 1 biblioteca, 1 auditório para 90 pessoas, 1 sala de recepção, 1 sala para café e 1 sala para o Cerve.

O prédio que abriga as Licenciaturas (*Campus III*) é utilizado pelos cursos de Pedagogia, Letras e Educação Física e está localizado à Rua João Braz, nº 111- Jardim Marconal. Há 1 sala para secretaria, 2 salas para direção das faculdades, 13 salas de aula, 10 banheiros, 1 biblioteca e 1 auditório com capacidade para 100 pessoas. Este prédio é alugado e nele, no período diurno, funciona uma escola particular de ensino fundamental e médio.

Embora haja uma preocupação com as pessoas portadoras de necessidades especiais, ainda faz-se necessário, nos *Campi I, II e III*, melhorar os acessos às salas de aulas, laboratórios e, principalmente, à biblioteca.

A UniRV faz uso de outros prédios no município de Rio Verde, onde funcionam setores específicos em imóveis alugados ou cedidos. São eles: Clínica Escola de Psicologia, Clínica Escola

de Fisioterapia, CCPA, Granja Escola (cuja infraestrutura se mantém, porém encontra-se com as atividades suspensas temporariamente), Núcleo de Prática Jurídica, Comitê de Ética em Pesquisa, Arquivo Morto, Setor de Diplomas, Setor de Licitação, a Pró-reitoria de Extensão e a Clínica Escola de Odontologia.

A Universidade de Rio Verde, em consonância com a sua missão e sua política de expansão, estendeu suas atividades para outros municípios: Caiapônia, Nerópolis, Cristalina e Aparecida de Goiânia.

No *campus* de Caiapônia, funcionam os cursos de Direito, Engenharia Ambiental, Educação Física – Licenciatura e Administração, em vinte salas, em bom estado.

No *campus* de Nerópolis, funcionaram o curso de Direito e o curso de Pedagogia até 2013, em um prédio cedido pela prefeitura com boa infraestrutura, mas distante do centro da cidade. Nessa cidade, embora houvesse uma pesquisa sobre o desejo da população quanto a outros cursos a serem oferecidos, a demanda acabou decepcionando e os cursos tiveram suas vagas preenchidas apenas no primeiro vestibular.

No *campus* de Cristalina, os cursos de Direito e Enfermagem estão sendo oferecidos desde o 1º semestre de 2010, em um prédio cedido pela prefeitura e com incentivo de bolsas de estudo ofertadas pelo município. Contudo, não houve demanda suficiente para manutenção dos cursos, e por decisão da administração superior, serão suspensas as atividades neste município.

Em agosto de 2014, iniciaram-se as atividades do curso de Medicina em Aparecida de Goiânia, que funciona em prédio alugado. A estrutura já conta com três laboratórios na área da saúde e uma biblioteca, suficientes para atender as necessidades iniciais. Os investimentos estão sendo realizados à medida que o curso avança ou que cursos forem oferecidos.

Parte dos laboratórios de informática foi atualizada em *hardware* e *softwares* para atender a evolução tecnológica da área. Os demais laboratórios são novos ou passaram por renovação recentemente, estando bem equipados e bem servidos em termos de materiais de uso.

Em relação à segurança, o *Campus* I conta com monitoramento constante, inclusive nos estacionamentos. Este monitoramento é realizado por câmeras em locais estratégicos e vigilantes que não portam armas por força de lei. O *Campus* II conta com vigilantes apenas, enquanto o *Campus* III possui câmera no portão de entrada e vigilante constantemente. Como proteção de risco, a Universidade contrata seguro patrimonial e seguro contra acidentes pessoais para todos os acadêmicos em estágio obrigatório.

9.1 Resultado da Pesquisa de Campo

Os itens avaliados em relação à infraestrutura foram: salas de aula, apoio didático, laboratórios, biblioteca, acessibilidade, administração do *campus*, informática e infraestrutura para o atendimento de setores específicos.

9.1.1 Salas de Aula

Os quesitos iluminação e limpeza das salas de aula foram avaliados como **potencialidade** pelos acadêmicos, o que constitui um avanço em relação à avaliação anterior em que foram considerados pontos a serem melhorados. Os demais itens mantiveram a mesma avaliação: climatização, conforto das carteiras, nível de ruído e pontos de energia continuam sendo avaliados como **fragilidades**, enquanto o aspecto do tamanho da sala ser suficiente para o número de alunos ainda é visto como **item a ser melhorado**.

Já os docentes apresentaram uma evolução em relação à avaliação anterior em quatro quesitos: conforto das carteiras (**potencialidade**), limpeza (**potencialidade**), iluminação (**potencialidade**) e nível de ruído (**item a ser melhorado**). Os demais itens mantiveram a mesma avaliação anterior: climatização e pontos de energia ainda são avaliados como **fragilidades** e o tamanho das salas em relação ao número de alunos como **ponto a ser melhorado**.

Nota-se que, apesar de todo o investimento da Instituição em aparelhos de ar-condicionado, a percepção da comunidade acadêmica é de que a climatização ainda é um fator de desconforto, tanto para professores como alunos. Sugere-se o redimensionamento de alguns aparelhos para melhor adequação ao tamanho das salas e manutenção mais frequente para melhorar seu desempenho. Observa-se ainda que tanto docentes quanto discentes não estão completamente satisfeitos com a relação tamanho da sala/número de alunos, o que indiretamente também pode estar relacionado com o desconforto térmico.

9.1.2 Apoio Didático

A infraestrutura de apoio didático ainda é vista como deficitária pelos acadêmicos, como na avaliação anterior. Os quesitos relação quantidade x qualidade dos equipamentos de apoio bem

como o acesso a esses recursos e os técnicos que dão esse suporte foram apontados como **fragilidade**.

Contudo, os docentes fizeram uma avaliação mais positiva agora do que no passado, uma vez que as três perguntas sobre apoio didático apresentaram resultados melhores que no período anterior. Os docentes consideraram o acesso aos recursos técnicos e pedagógicos como **potencialidade** e a relação quantidade x qualidade dos equipamentos e os técnicos de suporte como **itens a serem melhorados**.

Aparentemente, os investimentos em recursos técnicos e pedagógicos têm atendido melhor a professores do que alunos.

9.1.3 Laboratórios

Tanto para docentes quanto discentes, os laboratórios ainda não satisfazem as necessidades das disciplinas práticas de seus cursos. Os aspectos avaliados (quantidade e qualidade dos laboratórios, quantidade e qualidade dos equipamentos, materiais utilizados ou de manutenção e técnicos de apoio) aparecem como **fragilidade**, repetindo-se o mesmo resultado da avaliação anterior.

Apesar dos investimentos realizados em alguns laboratórios, a percepção dos usuários é de que ainda não se atingiu o patamar de qualidade desejado. A Comissão recomenda que, em relação a este item, os cursos sejam avaliados individualmente, para que se possam identificar os problemas nos laboratórios de forma mais pontual.

9.1.4 Biblioteca

De maneira geral, a biblioteca foi mais bem avaliada agora do que no período de avaliação anterior, tanto por docentes quanto discentes. Vários itens que apareciam como fragilidade avançaram para ponto a ser melhorado ou potencialidade, o que representa um progresso considerável.

Ainda assim, observa-se que professores fazem uma avaliação mais positiva que os alunos. Para os acadêmicos, há apenas quatro potencialidades na biblioteca e nove itens a serem melhorados.

Tanto docentes quanto discentes identificaram o acervo como **fragilidade**. Para os últimos, o acesso à base de dados e bibliotecas virtuais é deficiente, e para os primeiros, a informatização dos serviços não atende às necessidades. Esses três aspectos são os pontos mais frágeis da avaliação.

Contudo, é preciso considerar, em relação ao acesso a periódicos, que além do acesso ao acervo físico, a Instituição mantém convênio com o Portal de Periódicos Capes/MEC. O acesso a periódicos é avaliado pelos professores como **potencialidade**, mas **item a ser melhorado** pelos acadêmicos, possivelmente pelo fato de esse serviço ser mais utilizado pelos docentes para seus requisitos de pesquisa. Supõe-se haver desinformação sobre este convênio entre os discentes e nesse sentido, a Comissão sugere que se realize um treinamento para utilização do Portal de Periódicos com os discentes envolvidos em Trabalhos de Conclusão de Curso ou de pesquisa. Os diretores poderiam incentivar os docentes a orientarem os alunos em consultas ao portal para suas atividades acadêmicas.

O relatório dos discentes apresenta seis aspectos que passaram de fragilidade a **ponto a ser melhorado**. São eles: nível de ruído, prazo para devolução, climatização, procedimentos para reservas e empréstimos, acesso ao acervo de livros e periódicos e informatização dos serviços. Para os docentes, com exceção deste último item, os demais foram considerados **potencialidade**.

Apesar de os discentes apresentarem insatisfação em relação a alguns aspectos da infraestrutura da biblioteca, houve um avanço significativo na avaliação desta área.

9.1.5 Acessibilidade

Na pesquisa relativa ao período de 2011/2012, identificaram-se como fragilidades os acessos e espaços para os portadores de necessidades especiais. Este aspecto ainda é visto como **fragilidade** pelos alunos, mas como **ponto a ser melhorado** pelos professores. Portanto, ainda não se constitui esse item como satisfatório.

Quanto às condições para ensino e aprendizagem de portadores de necessidades especiais, tanto discentes quanto docentes acreditam que este item seja uma **fragilidade**.

Conclui-se, portanto, que melhorias precisam ser realizadas na infraestrutura para um atendimento de melhor qualidade aos portadores de necessidades especiais da Instituição.

9.1.6 Administração do *Campus*

Em sua avaliação sobre os serviços do *campus*, os discentes, mais uma vez, foram mais rigorosos do que os docentes. Na opinião destes últimos, houve alguma evolução em relação à avaliação do período anterior no que concerne à administração do *campus*, porém os acadêmicos não têm uma opinião tão favorável quanto a isso.

Os auditórios, por exemplo, foram avaliados pelos docentes como **potencialidade**, e pelos discentes como **ponto a ser melhorado**, o que revela certa insatisfação de sua parte quanto à infraestrutura deste item.

Já o quesito “limpeza” passou de fragilidade a **potencialidade** na avaliação dos dois grupos, o que denota uma melhoria significativa.

Os itens: segurança, sinalização, bebedouros, área de convivência, manutenção do campus, sanitários, número e condições de salas de aula e laboratórios para atender a demanda da Instituição foram considerados **fragilidade** ou **pontos a serem melhorados** pelos dois grupos.

Os servidores técnicos administrativos também avaliaram a administração do *campus*, e todos os quesitos foram considerados **potencialidade**.

9.1.7 Informática

O acesso a computadores e internet na Universidade para realização de atividades acadêmicas foi avaliado como **fragilidade** tanto por professores quanto acadêmicos, repetindo-se, assim, o mesmo resultado da avaliação do período de 2011/2012.

Entretanto, o modo como a pergunta foi formulada na pesquisa de campo impossibilita saber se os respondentes expressam insatisfação com acesso a computadores ou acesso à internet, ou ainda o acesso às duas coisas. Sugere-se que a CPA revise essa parte do formulário no sentido de se conseguir uma avaliação mais precisa desses dados.

9.1.8 Infraestrutura para atendimento em diversos setores

A infraestrutura para atendimento em diversos setores da UniRV recebeu, mais uma vez, avaliação mais positiva de docentes do que discentes. Os 16 setores avaliados foram considerados

como **potencialidade** pelos professores, enquanto apenas 8 receberam a mesma qualificação pelos acadêmicos.

Os setores de coordenação financeira, compras e patrimônio foram avaliados apenas pelos docentes (como **potencialidade**) e o setor de cobrança, unicamente pelos discentes (como **potencialidade** também).

A infraestrutura de todas as pró-reitorias, vice-reitoria, reitoria, telefonia e setor de informática foram considerados **pontos a serem melhorados** pelos discentes. Os demais setores (Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, subsecretarias dos cursos, tesouraria, protocolo, assessoria jurídica, registro de diplomas e assessoria de comunicação) foram avaliados como **potencialidade** tanto por alunos quanto professores.

É importante salientar que em relação a este item especificamente, as perguntas do formulário de pesquisa podem ser entendidas de forma ambígua. É possível que alguns respondentes tenham respondido tendo em mente o atendimento destes setores, quando na verdade se objetivava avaliar a infraestrutura para a realização do atendimento. Assim, recomenda-se que se revisem as questões relativas à avaliação deste quesito.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Permanente de Avaliação considera que houve uma evolução na Instituição ao se comparar os resultados da etapa avaliativa 2011/2012 aos da etapa 2013/2014, tornando-se perceptível que a comunidade acadêmica tem uma visão mais positiva da gestão e das ações encaminhadas ou realizadas nos últimos anos.

Sobre o próprio processo de avaliação, esta Comissão entende que, nesta etapa, houve maior interesse e menor rejeição dos setores da Universidade pela autoavaliação, o que se constatou na maior receptividade da comunidade acadêmica para ouvir sobre o trabalho realizado pela Comissão. Além disso, exigiu-se menor esforço neste período para se alcançar a meta da amostra necessária na pesquisa de campo. Acredita-se que a resistência inicial ao processo avaliativo esteja superada, e que se caminha daqui em diante em busca de garantir compromisso dos diversos setores para responder o questionário de avaliação de maneira mais responsável e verdadeira. Constatou-se, assim, a evolução de uma cultura de avaliação que se instala na Instituição.

Contudo, é importante salientar que o público de acadêmicos é rotativo, com entrada e saída constante de elementos, o que demanda um trabalho contínuo de conscientização dos ingressantes sobre o processo avaliativo.

Conclui-se também que, após reconhecidos avanços na participação de diretores, professores e acadêmicos, ainda é necessário focalizar com maior atenção o grupo dos servidores, não só para lhes garantir maior participação no processo avaliativo, mas também para que as questões direcionadas a eles sejam mais específicas para sua realidade de trabalho na UniRV. Deve-se amadurecer a ideia de realização de uma pesquisa de clima organizacional com este grupo, no intuito de se captar suas percepções com mais precisão.

Observa-se que a pesquisa e a extensão da Universidade são áreas que requerem maior atenção, com políticas mais claras e um incentivo mais robusto.

Após o levantamento e a análise dos dados coletados, faz-se necessário retomar as recomendações feitas pela CPA aos gestores da Instituição. Sugeriu-se que:

- à medida que os gestores utilizem os resultados do processo de avaliação para o planejamento das políticas institucionais, isto venha a ser divulgado entre os discentes;
- sejam realizadas ações para dar visibilidade maior aos projetos de extensão desenvolvidos, como reportagens de divulgação no *site* da Instituição e também em mídias variadas de maior circulação local;
- as políticas de extensão devem contemplar atividades que possam ser desenvolvidas no período (turno) das aulas e nos finais de semana, como incentivo aos alunos que trabalham e não podem participar durante o período diurno, principalmente para os discentes de cursos noturnos;
- palestrantes que desenvolvam pesquisas na área de educação e tecnologia sejam trazidos para encontros com os docentes, visando à dinamização e utilização de recursos tecnológicos em sala de aula;
- o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) inclua em sua agenda a preocupação com inovações na área específica dos cursos, bem como com ações voltadas às dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos;
- as faculdades revisem seus programas, no sentido de incluir textos clássicos que contribuam para a compreensão de teorias específicas e promover uma atualização bibliográfica;
- se repense a relação entre número de alunos por turma e qualidade de aprendizagem;
- seja feita uma pesquisa salarial, para averiguar se a insatisfação de docentes e servidores procede, no sentido da defasagem salarial;
- maiores incentivos sejam oferecidos para pesquisa e extensão, como mais bolsas para iniciação científica, divulgação da importância da pesquisa e extensão para docentes e discentes por meio de redes sociais, panfletos e *sites*. O desenvolvimento de políticas de dedicação exclusiva e políticas de incentivo específicas para pesquisadores e para extensão se faz necessário;
- se invista mais na promoção de eventos e/ou cursos de formação aos servidores técnicos administrativos;
- sejam criadas mais oportunidades de formação continuada para os docentes;
- haja uma escuta mais ativa de diretores, pró-reitores, vice-reitoria e Reitoria, bem como reuniões com DCE e CAs, no sentido de dar voz aos discentes e aos seus anseios, em relação a suas insatisfações com o sistema de acolhida aos calouros, sua representatividade no colegiado, o sistema de bolsas e monitorias, os direitos e deveres explicitados em portarias,

resoluções, manual do estudante e regimento, a criação de oportunidades de formação continuada;

- as faculdades, dentro dos seus núcleos de estágio, dediquem maior atenção ao estágio não obrigatório;
- seja dada maior atenção ao plano de carreira e qualificação de todos os servidores da IES;
- haja melhor divulgação das decisões tomadas e das atividades dos órgãos colegiados, até para que os critérios seguidos nas tomadas de decisão fiquem mais claros para a comunidade acadêmica;
- seja feito o redimensionamento dos aparelhos de ar-condicionado para melhor adequação ao tamanho das salas e manutenção mais frequente para melhorar seu desempenho;
- se observe com mais cautela a relação tamanho da sala/número de alunos, o que indiretamente pode estar relacionado com o desconforto térmico;
- se realize um treinamento para utilização do Portal de Periódicos da Capes com os discentes envolvidos em Trabalhos de Conclusão de Curso ou de pesquisa. Os diretores poderiam incentivar os docentes a orientarem os alunos em consultas ao portal para suas atividades acadêmicas;
- os documentos oficiais sejam revisados com base no Estatuto a fim de se promover seu alinhamento e sua adequação à realidade vivenciada na Instituição ou a revisão do próprio Estatuto, de modo a aprimorar-se a organização e gestão da Universidade;
- o trabalho de renovação e atualização do acervo da biblioteca seja intensificado, pois este item tem aparecido como **fragilidade** em todas as etapas avaliativas;
- seja dada maior atenção à área de informática da Instituição, não só com acesso a internet e computadores de qualidade, mas também com a aquisição e manutenção de aplicativos necessários à formação de cada curso e/ou disciplina especificamente;
- se faça uma revisão do papel ou até mesmo da existência do Consepe.

Concluindo este relatório, os membros da CPA já perceberam algumas situações que devem ser modificadas para o próximo momento avaliativo:

- revisão perguntas do questionário, mais especificamente sobre os seguintes itens: a distinção entre satisfação com o atendimento de diversos setores e infraestrutura desses setores (dimensão 7); distinção entre a satisfação com computadores ou com acesso à internet (dimensão 7); a acessibilidade às instâncias superiores. O objetivo dessa revisão deve ser a reformulação das questões no sentido de captar as informações com maior precisão;

- os laboratórios sejam avaliados por curso, para que a gestão da Universidade possa identificar melhor onde estão e por que existem focos de insatisfação quanto a essa área;
- materiais de divulgação sejam elaborados, associados à continuidade do trabalho presencial para apresentação e discussão dos resultados da Avaliação Institucional.

Novas reavaliações serão efetuadas quando a comissão se reunir para fazer a meta-avaliação.

Espera-se que este relatório possa contribuir para a evolução da UniRV nos três eixos norteadores do trabalho universitário – ensino, pesquisa e extensão – bem como na gestão da Instituição de modo geral, buscando-se maior satisfação em todos os setores da comunidade acadêmica.

Rio Verde, 26 de março de 2015.